

# retrato

**doBRASIL**



## **SEGURANÇA**

No Rio, nem todo mundo aprova as UPPs

## **MÚSICA**

O Rei, quase setentão, ainda empolga

## **COLÔMBIA**

Um candidato "verde" assusta a direita



**DILMA E SERRA**

# **POLARIZAÇÃO?** **CADÊ A POLARIZAÇÃO?**

ATÉ AGORA, OS DOIS PRINCIPAIS CONCORRENTES À PRESIDÊNCIA NÃO MOSTRARAM DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS ENTRE SUAS PROPOSTAS

# QUEM ACREDITA EM SI MESM



**O FIES MUDOU:  
MAIS VANTAGENS,  
MAIS FÁCIL DE PAGAR,  
PARA VOCÊ FAZER O  
CURSO QUE QUISER.**

**E AGORA  
ESTÁ DISPONÍVEL  
O ANO INTEIRO,  
SENDO RETROATIVO  
ÀS MENSALIDADES JÁ  
PAGAS NO SEMESTRE  
EM CURSO.**



**PDE | FIES**

## Conheça as novidades do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies

- Redução dos juros para 3,4% ao ano.
- Prazo para quitação: três vezes a duração do curso, mais 12 meses.
- Carência: 18 meses após a formatura.
- Estudantes que se formarem em cursos de licenciatura e atuarem como professores da rede pública de educação básica e estudantes de medicina que atuarem como médicos do programa Saúde da Família poderão abater 1% da dívida para cada mês trabalhado.

# O MERECE O NOSSO CRÉDITO.



LINK

PARA SABER MAIS E FAZER SUA INSCRIÇÃO: [WWW.MEC.GOV.BR](http://WWW.MEC.GOV.BR)

Agente financeiro:

**CAIXA**

**FNDE**

Ministério  
da Educação

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

## 06 **Ponto de Vista** **POLARIZAÇÃO?** **QUE POLARIZAÇÃO?**

É muito difícil escolher entre Dilma e Serra com base nas diferenças de posição que os pré-candidatos expuseram até agora

## 08 **ELES VÃO LEVAR?**

Os aposentados obtiveram uma grande vitória no Congresso Nacional. Mas será que o reajuste maior e o fim do fator previdenciário vão ser efetivados?

[Gabriela Guedes]

## 12 **O CONTROLE DA** **RIQUEZA IMATERIAL**

Um acordo, costurado em sigilo por governos e corporações, pretende cercear a circulação do conhecimento

[Antônio Martins]

## 18 **O LEILÃO E O MERCADO**

Belo Monte deve contribuir para reduzir a tarifa de energia de milhões de brasileiros. As grandes virtudes do sistema elétrico nacional, no entanto, continuam beneficiando algumas centenas de grandes empresas [Tânia Caliari]



## 38 **O CORONEL ESTÁ DE VOLTA**

Qaddafi, o presidente da Líbia que estava no ostracismo há anos, ressurge como articulador dos países africanos em desenvolvimento [Flávio Dieguez]



## 28 **AS UPPS DE CABRAL**

Fomos ver as Unidades de Polícia Pacificadora que, criadas há um ano e meio, são a principal aposta do governo do Rio de Janeiro na segurança

[Marcelo Salles e Eduardo Sá]

## 34 **O PAÍS ESTÁ** **EM TRANSE**

Na Colômbia, o candidato do presidente Uribe treme diante de Mockus, ex-prefeito de Bogotá, que concorre pelo Partido Verde

[Yuri Martins Fontes]

## 40 **DONOS DA BOMBA** **PERDEM PODER**

Fracassos de Bush e vacilações de Obama enfraquecem a posição dos EUA nas negociações que envolvem as armas nucleares

[Antônio Martins]



## 42 A CIÊNCIA BÊBADA

Das estatísticas e probabilidades eleitorais, aos prognósticos médicos e mercados financeiros, todo cuidado é pouco quando o assunto é o acaso [Flávio de Carvalho Serpa]

## 46 MEIO SÉCULO DE MÚSICA

Quase setentão, o rei Roberto Carlos, que ganhou exposição sobre sua carreira, ainda agrada velhos e novos ouvidos [Gabriel Vituri]

## 48 ELE FAZ MUSEUS

Em entrevista, o designer Marcello Dantas diz que os museus que não se utilizam das novas tecnologias já nascem velhos [Ricardo Viel]



### FALE CONOSCO:

[www.retratodobrasil.com](http://www.retratodobrasil.com)

### CARTAS À REDAÇÃO

[cartas@retratodobrasil.com](mailto:cartas@retratodobrasil.com)  
rua fidalga, 146 conj. 42  
cep 05432-000 são paulo - sp

### ASSINATURAS

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### ATENDIMENTO AO ASSINANTE

[assinatura@retratodobrasil.com](mailto:assinatura@retratodobrasil.com)  
tel. 31 | 3281 4431  
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

### PARA ANUNCIAR

[comercial@retratodobrasil.com](mailto:comercial@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### CIRCULAÇÃO EM BANCAS

[circulacao@retratodobrasil.com](mailto:circulacao@retratodobrasil.com)

### EDIÇÕES ANTERIORES

[vendas@retratodobrasil.com](mailto:vendas@retratodobrasil.com)

### REDAÇÃO

[redacao@retratodobrasil.com](mailto:redacao@retratodobrasil.com)  
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

**CAPA** Estúdio Saci

**EXPEDIENTE** - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira EDIÇÃO Armando Sartori SECRETÁRIO DE REDAÇÃO Thiago Domenici REDAÇÃO Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Leandro Saraiva • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliori EDIÇÃO DE ARTE Pedro Ivo Sartori ESTAGIÁRIOS Maurício Lima • Rodson Baldan REVISÃO Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Felipe Bio [OK Linguística] COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Antônio Martins • Eduardo Sá • Flávio de Carvalho Serpa • Gabriel Vituri • Gabriela Guedes • Marcelo Salles • Paula Sachetta • Ricardo Viel • Yuri Martins Fontes • Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis DIRETOR VICE-PRESIDENTE Armando Sartori DIRETOR ADMINISTRATIVO Marcos Montenegro DIRETOR EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Sérgio Miranda

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas REPRESENTANTE EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [[www.edicase.com.br](http://www.edicase.com.br)] DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press



# Polarização? Que polarização?

As diferenças entre as ideias essenciais de Dilma e Serra são tênues, e escolher um ou outro com base nos seus programas é tarefa inglória

*“Eu confesso, vou votar na Dilma porque é a candidata do Lula e eu gosto do Lula. Mas, a Dilma ou o Serra, não haveria muita diferença”.*

(Entrevista de Chico Buarque de Holanda à revista eletrônica *Brazuca*, edição de março-abril de 2010)

A DECLARAÇÃO DE CHICO Buarque é uma espécie de síntese dos principais dilemas que cercam a eleição presidencial. Para começar, ele restringe suas possibilidades de escolha a apenas dois pré-candidatos, embora à altura em que concedeu a entrevista à revista publicada por emigrantes brasileiros que vivem na Europa, um observador mais atento poderia listar mais de dez outros. Entre os quais a senadora Marina Silva (PV-AC) e o deputado Ciro Gomes (PSB-CE) que, como se sabe, retirou-se da disputa no final de abril, quando a direção de seu partido definiu que não o apoiaria na empreitada.

Ao levar em conta apenas os nomes de PT e PSDB, Chico expôs o que se convencionou chamar de “polarização” eleitoral. Contraditoriamente, essa polarização é acompanhada da constatação de que não há diferenças significativas entre os dois pré-candidatos. A escolha por Dilma ou Serra parece se dar sem qualquer espécie de convicção essencial. Afinal, que espécie de polarização é essa?

Examinemos a questão programática. Que grande diferença há, por exemplo, entre as duas candidaturas do ponto de vista da política econômica? Como se sabe, o que o governo Lula colocou em curso desde o início de seu mandato teve como lastro a “Carta aos brasileiros”, o documento divulgado antes da eleição de 2002 pelo qual ficou definido, em linhas gerais, que, no poder, os petistas não alterariam as bases fundamentais da política seguida pelo governo tucano de Fernando Henrique Cardoso. Daí seguiu-

se a adoção do famoso tripé câmbio flutuante-regime de metas de inflação-superávit primário. Dilma pretende levar adiante essa orientação. Parece tão convicta de seu acerto que nem mesmo o crescente déficit do País em transações correntes – que pode chegar a 60 bilhões de dólares este ano – dá sinais de abalá-la. Para cobrir o déficit, disse a ministra recentemente aos industriais mineiros, temos a entrada de divisas estrangeiras na forma de investimento direto e de aplicações nas bolsas de valores. A ministra não quer ver que a maioria desses investimentos não é para novos empreendimentos, mas para compra de ativos já existentes. E parece querer acreditar na tese de que estamos formando grandes *players* no mercado global e, assim como os de fora adquirem ativos aqui e enviam lucros para o exterior, em breve os nossos campeões farão o mesmo e tudo se equilibrará. Como conclui o artigo “Ainda

sem rumo" (*Retrato do Brasil*, edição 33, abril de 2010), isso é uma ilusão: deve-se mudar a política econômica, e não se apoiar nela.

Serra, que quando ministro do governo FHC demonstrava insatisfação com aspectos da condução da economia, mostra que sua crítica à política econômica atual é mais de grau que de conteúdo: em linhas gerais, ele parece dizer que o tripé deve ser mantido, e apenas mais bem administrado. Nenhum dos dois fala em adotar, por exemplo, o controle da entrada de capitais externos para evitar expor o País à grave situação que vai se delineando.

Serra e Dilma tomam posições relativamente próximas também em outras áreas. É o caso, por exemplo, da votação da proposta do chamado "fator previdenciário", o instrumento criado para "incentivar" os trabalhadores em idade de aposentadoria a continuarem ativos. Qualquer um sabe que isso significa, para a grande maioria da população, que começa a trabalhar ainda na adolescência, permanecer no mercado de trabalho alguns anos a mais para receber, durante menos tempo de sobrevivência, a aposentadoria integral. Quando da aprovação, no mês passado, pela Câmara dos Deputados, de uma emenda que extinguiu o fator, os dois pré-candidatos disseram que o que o governo decidisse a respeito estaria bem decidido.

Outros casos que merecem atenção são a redução da jornada de trabalho e a proibição das demissões imotivadas. No Congresso, há duas propostas sobre esses temas, que contam com o apoio das principais centrais sindicais de trabalhadores. Dilma, no entanto, tem evitado os temas, provavelmente porque, na busca de uma aliança preferencial com o PMDB para a formação de sua chapa, ela saiba que isso é um obstáculo. Serra também não deixou pistas claras a respeito de sua posição, o que se explica por suas ligações com o grande empresariado paulista.

Se os pré-candidatos se mostram tão parecidos em temas tão relevantes, que critério de escolha deve utilizar o eleitor? O do QI - quem indica -, adotado por Chico Buarque? O patrocínio de Lula, sem dúvida, pode pesar muito e, nesse caso, a vantagem está com Dilma, uma criatura do presidente. Entretanto, justamente por lhe faltar

maior experiência na grande política profissional, ela pode encontrar dificuldades, como as demonstradas nas primeiras semanas em que, fora do ministério, teve de enfrentar sozinha o corpo a corpo pré-eleitoral. Serra, há quase 30 anos nesse meio, tem outro problema: como bater a candidata de um presidente que tem um índice de aprovação popular tão alto? Certamente, Dilma vai apostar firme no fator QI quando se iniciar a propaganda eleitoral de rádio e TV, a partir de meados de agosto. E Serra, é claro, vai procurar meios de neutralizá-la: seu mote de campanha, "O Brasil pode mais", pode ser entendido como a pretensão da continuidade aperfeiçoada do governo Lula, algo, aliás, muito mais

Até se compreende a posição de Chico. Mas, claramente, ela não satisfaz a quem quer contribuir para elevar o padrão cultural e melhorar as condições de vida dos trabalhadores

adequado à petista.

A campanha no rádio e na TV, é claro, é voltada para as massas do eleitorado. Seus altos custos, de milhões de reais, no entanto, são bancados, principalmente, pelas doações de grandes empresários. Até que ponto a influência deles ajuda a explicar as convergências de posições? Dilma se acostumou a conviver com eles durante os anos de ministério: ela é uma das articuladoras da política de incentivo governamental que, contando com largos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos fundos de pensão das estatais, é dirigida a um punhado de grandes empresas de capital nacional para que se tornem *players* no grande jogo dos negócios mundiais. Serra é ligado à grande indústria paulista e, pelas raízes de seu partido,

aos grandes bancos nacionais. Parte dos industriais se queixa do governo Lula porque se sente prejudicada pela política cambial. Já os banqueiros não têm do que se lamentar, basta olhar os resultados obtidos por Bradesco e Itaú nos três primeiros meses deste ano. O primeiro teve um lucro de 2,1 bilhões de reais (22% acima do obtido no ano passado), e o segundo, de 3,2 bilhões (60,5% maior que em 2009), registrando novo recorde histórico para o período.

Há alguns meses, um importante dirigente político do lado governista fez para *RB* a seguinte avaliação: "para o grande capital o melhor candidato nesta eleição seria Lula, pois tanto Dilma quanto Serra despertam desconfianças". Ela, porque era pouco conhecida. E ele, porque seria capaz de alguma atitude mais radical na política econômica. Uma enquête realizada em meados de abril pelo diário *Valor Econômico* coincide em parte com essa avaliação. Ouvindo um seleto grupo de empresários e dirigentes de grandes grupos industriais, o jornal constatou que mais de 50% avaliaram o governo Lula como bom e ótimo e que uma maioria mais expressiva reconheceu que suas empresas tiveram bom desempenho durante os oito anos de gestão do petista. Apesar disso, entre Dilma e Serra, eles preferiram largamente o tucano. Talvez porque, mesmo diante da possibilidade de algum radicalismo, esses empresários têm consciência de que Serra está do lado deles. Já Dilma, embora tenha QI, não é Lula.

Se a perspectiva da campanha for a da confusão programática entre os candidatos, com pirotecnias televisivas para o povo e acertos de peso com os grandes empresários, será uma lástima. O momento eleitoral, mesmo com as limitações do processo democrático brasileiro, deveria ser encarado como um instante privilegiado para o debate de grandes questões.

Num quadro difuso como o que se delinea, até se entende o raciocínio de Chico Buarque. Mas, claramente, ele não pode satisfazer a quem pretende que o País avance no sentido da elevação do padrão cultural e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Por isso, que nos desculpe o grande artista, mas pelo menos desta vez não dá pra dizer "salve o compositor popular". ■



Manifestação de aposentados em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, em 5 de maio

# ELES VÃO LEVAR?

Os aposentados obtiveram uma grande vitória no Congresso. Mas o sucesso pode não garantir reajuste maior ainda este ano nem o fim do fator previdenciário

por *Gabriela Guedes*

**O GOVERNO TENTOU** evitar, mas não conseguiu. A exemplo do episódio do marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal, a discussão sobre o reajuste dos aposentados e pensionistas dividiu a base aliada e causou grande dor de cabeça ao Planalto. Após cinco meses tramitando na Câmara dos Deputados e trancando a pauta por mais de 40 dias, foi aprovado no início do mês passado um aumento superior ao máximo admitido pelo Palácio do Planalto, e com um bônus vindo de uma emenda de um dos líderes da oposição, deputado Fernando Coruja (PPS-SC): o fim do fator previdenciário, considerado pela equipe presidencial um dos mais importantes instrumentos para manter o equilíbrio das contas da Previdência Social.

Para reafirmar a posição governista, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, brandiu a ameaça de que qualquer aumento acima do valor definido pelo Planalto será “vetado por Lula, como aconteceu quatro anos atrás, quando o presidente era candidato à reeleição”. Com a declaração, Padilha deixou claro que, na visão do governo, a aprovação do índice teve caráter “eleitorero”.

Os presidencialistas mais destacados, José Serra e Dilma Rousseff, por sua vez, deram pronunciamentos que, apesar de suas diferenças, tiveram o mesmo sentido: de apoio à posição governista. Referindo-se à aprovação das emendas, Serra disse confiar na competência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu ministério para decidir o assunto. E Dilma disse que o presidente, um homem de grandes preocupações sociais, adotará a melhor decisão para o caso.

Quando Lula enviou a Medida Provisória (MP) 475/09, em janeiro deste ano, para apreciação dos congressistas, estabelecendo um reajuste de 6,14%, não imaginava que a proposta pudesse gerar tanto conflito. Afinal, tudo teria sido acertado em negociações com a base aliada e as centrais sindicais mais próximas. Na prática, no entanto, o consenso ruiu.

O índice inicial proposto pelo governo – em vigor desde janeiro – baseia-se numa fórmula simples: pretende repor as perdas inflacionárias e pagar, acima disso, o equivalente à metade do índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, o valor representa a soma da inflação projetada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) para 2010, somada a 50% da estimativa do crescimento do PIB apurado há dois anos.

Ao longo dos meses que transcorreram entre o envio da MP e a votação, o líder de governo e relator da matéria, Cândido Vaccarezza (PT-SP), articulou diversas reuniões para tentar solucionar o impasse e obter um índice consensual, que fosse aprovado não só na Câmara, mas também no Senado. Ainda em abril, o governo cedeu e Vaccarezza passou a defender um reajuste escalonado, em vez do linear, como na proposta original. Os aposentados e pensionistas que ganham mais de um e até três salários mínimos teriam reajuste de 7% e os demais de 6,14%. Como a nova proposta foi rejeitada pelos colegas dissidentes e por entidades representativas dos aposentados, Vaccarezza cedeu novamente – todos os

## Dilma e Serra se esquivaram de comentários específicos, mas apoiaram a posição governista

que recebem acima do salário mínimo teriam o mesmo reajuste, de 7%, considerado pelo governo como o máximo possível e sustentável.

“Já estamos dando além do previsto”, disse o líder governista a *Retrato do Brasil* dias antes da votação. “Houve um acordo entre os deputados da base aliada para a definição do percentual, na qual conseguimos um consenso para os 7%. Porém, logo em seguida, foi realizada uma reunião no Senado sem a participação de todos os partidos, que lançou a ideia dos 7,7%. Proposta que, a meu ver, foi apresentada sem pensar no País, no rombo que poderia causar ao orçamento e sem discutir o tema com a área econômica”, queixa-se.

### NÚMERO CABALÍSTICO

Essas argumentações, no entanto, não comoveram os dissidentes da base aliada, que se mantiveram firmes em torno dos 7,72%. O valor, definido por Vaccarezza como “um número cabalístico” – devido à persistência de seus defensores em não alterá-lo –, baseia-se nos mesmos critérios da proposta inicial do governo – reposição da inflação mais uma fração do crescimento do PIB. O que muda é essa última parte, que passa de 50% para 80%.

Liderados por dois homens da base governista – o deputado Paulinho da Força (PDT-SP) e o senador Paulo Paim (PT-RS) – e apoiados pelas principais centrais sindicais e pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), parlamentares de diferentes legendas se uniram para garantir a derrota do substitutivo apresentado por Vaccarezza. O clima pró-aprovação ►

Vaccarezza: para o líder do governo e relator, os autores das emendas não pensaram no País



Agência Câmara

da emenda do reajuste foi tão favorável que a votação em plenário (301 votos a favor e 157 contra) foi simbólica. PSDB e DEM, que pleiteavam 8,8% de reajuste, na hora decisiva também aderiram. Clima aquecido pela mobilização dos aposentados – que mantiveram seus representantes em Brasília, pressionando os parlamentares –, que culminou com uma marcha com a participação de mais de mil pessoas na Esplanada, exatamente no dia em que a MP foi aprovada.

O presidente da Cobap, Warley Martins, diz que o governo errou ao parar nos 7% e não buscar um acordo. “A gente defendeu esse número [7,72%] porque sabia que era o máximo possível. Embora o justo, na nossa opinião, fosse o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo, igual a 9,6%”. Vaccarezza diz que o mais justo é levar em conta a diferença entre o número com o qual os debates foram iniciados, 3,45%, e não os 7% da última proposta governista. O deputado critica a atuação da Cobap: “Se estivessem preocupados com a categoria, assumiriam os 7% e abririam a negociação para o próximo reajuste. Porém, ela [a entidade] se preocupou somente em fazer oposição política”.

## SEM DÉFICIT

Martins também contradiz a propaganda, frequentemente veiculada em ocasiões como essa, de que há muita gente recebendo aposentadorias altas. De acordo com ele, o valor máximo de aposentadoria pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de 3.416 reais, mas 70% das pessoas recebem até três salários mínimos. Ou seja, menos que a metade do teto. E diz que é importante acabar com o discurso de que a Previdência Social tem déficits recorrentes.

A questão das possibilidades e potencialidades da Seguridade Social foi crucial no debate do reajuste. Segundo Jorge Cezar Costa, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a receita líquida da Previdência vem apresentando números positivos há anos (foi de cerca de 22 bilhões em 2009). Portanto, a alegação de saldo negativo não deveria ser utilizada no cenário político como argumento contrário ao reajuste.

A aprovação da emenda do fator previdenciário também foi tranquila: 320 favoráveis e 80 contrários. O resultado

provocou uma série de cálculos sobre o impacto financeiro da medida. Segundo estimativas do governo, seriam 12 bilhões de reais de gasto adicional com aposentadorias só neste ano. De acordo com apoiadores da mudança, seriam 10 bilhões de reais.

Se a extinção do fator causa dor de cabeça ao governo, sua manutenção atinge de forma perversa milhões de aposentados, que, a partir de sua implantação, tiveram seus benefícios arrojados. Criado em 1999 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a reforma da Previdência, o fator previdenciário tinha como objetivo atribuir um caráter atuarial às aposentadorias. Para tanto, vinculou os valores recebidos ao tempo de contribuição, à idade e à expectativa de vida, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seus efeitos sobre o valor da aposentadoria podem ser percebidos através do seguinte exemplo: um homem que se aposentasse aos 60 anos de idade, com 35 de contribuição teria fator 1, neutro. Em outras palavras, seu benefício não

seria alterado. Já um outro, com 55 anos e o mesmo tempo de contribuição, teria fator negativo e, portanto, seu benefício seria menor. E um terceiro trabalhador, com mais de 60 anos de idade e igual tempo de contribuição, teria fator positivo – o benefício seria maior.

## TRABALHAR MAIS

Em 2003, por exemplo, com 35 anos de contribuição e 55 anos de idade, um trabalhador do sexo masculino tinha uma expectativa média de sobrevida calculada em 21,3 anos. Nessas condições, com a aplicação do fator, o valor de sua aposentadoria seria reduzido para 86% do salário médio de contribuição. Para receber o salário médio integral, seria necessário que ele trabalhasse até os 59 anos, o que elevaria o tempo de contribuição para 39 anos. Com 59 anos, de acordo com estimativas do IBGE sobre a longevidade, sua expectativa de sobrevida cairia para 18,3 anos. Em suma: para receber o benefício integral, o cidadão do exemplo teria que trabalhar e con-

Paulinho (centro, com senadores Paim e José Sarney): emenda aprovada com grande apoio



Agência Câmara

tribuir por mais tempo se quiser viver menos tempo como aposentado.

Na época da aprovação do fator, o governo FHC argumentou que esse instrumento era necessário para equilibrar o ingresso de receitas obtidas com a contribuição dos segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores do setor privado e as despesas com o pagamento desses mesmos segurados, no futuro. Na ocasião, no Senado, o atual presidente do PT, José Eduardo Dutra, apresentou voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça dizendo que o fato de o cálculo do benefício levar em consideração a idade do trabalhador feria a Constituição.

Sérgio Miranda, deputado federal por quatro legislaturas, um estudioso do tema, explica a RB, logo após a aprovação da MP 475, que o fator previdenciário veio atrelado a várias condições, principalmente para aqueles que enfrentam a alta rotatividade do mercado de trabalho. “Há poucos dias, tomei conhecimento de algo surpreendente: somente três trabalhadores da construção civil se aposentaram por idade na cidade de Salvador, no ano passado. Creio que este fato ocorra pela grande rotatividade existente no setor”, diz o ex-parlamentar.

### PISO E TETO PRÓXIMOS

De acordo com Miranda, há aspectos do fator previdenciário que contribuem para a degradação do valor pago pela seguridade pública e para a valorização da previdência privada, um dos setores econômicos mais rentáveis e que mais crescem no País. O primeiro deles é a expectativa de vida estimada pelo IBGE, que não é utilizada pela maioria dos fundos de pensão. Um segundo, é a alteração anual da tabela que define o fator. E, por último, vem o salto da tabela, de dez em dez anos, responsável pela aproximação entre o piso e o teto pagos pela Previdência.

Para ilustrar o tema, Miranda narra uma situação hipotética, envolvendo duas pessoas com idade e tempo de contribuição necessários para se aposentarem. Uma delas resolve sair do mercado de trabalho naquele momento. Já a outra deseja ficar mais um ano com o objetivo de receber um valor maior. Quando esta última se aposentar, no entanto, vai receber menos que a primei-

ra. “Isso é possível graças à constante modificação da tábua. Nenhum fundo de pensão tem uma tábua que varie com esta frequência”, diz.

Além do fator, outro responsável pelo arrocho da aposentadoria são os reajustes abaixo do salário mínimo – que hoje seguem a política de acrescentar à reposição da inflação 100% do índice de crescimento do PIB. “O salário mínimo é o parâmetro do valor do trabalho no Brasil”, diz Miranda. “Quando há um reajuste, o electricista que você chama na sua casa também aumenta o preço do serviço prestado. Embora desse ponto de vista estejam vinculados ao mercado de trabalho, os aposentados nunca têm um aumento verdadeiro, portanto não dispõem do poder aquisitivo que o governo diz dar com reajuste baseado na inflação”.

Miranda lembra que, quando atuam no mercado, as pessoas recebem

## Eles não têm o poder aquisitivo que o governo diz dar com o reajuste baseado na inflação

auxílio-alimentação, férias, vale-transporte e outros benefícios. Quando se aposentam, tudo isso cessa. “Por causa disto, boa parte opta por voltar ou já permanece direto no mercado de trabalho. A aposentadoria se tornou uma complementação de renda”, diz. Estudo da Anfiq, divulgado no ano passado, afirma que, nos 15 anos anteriores, 4,5 milhões de aposentados da Previdência Social que ganhavam mais que um salário mínimo passaram a receber apenas um. Só em 2009 teriam sido 350 mil.

O microempresário José Silva França (69 anos), residente em Belo Horizonte, é um dos muitos brasileiros que tiveram que voltar ao mercado de trabalho para manter a renda. Após 32 anos de contribuição, ele se aposentou em 1996. De acordo com França, desde então o valor do benefício diminuiu em quase um terço do original. Atualmente, ele recebe cerca de 1,2 mil reais. “O reajuste do sa-

lário mínimo é muito acima do nosso. Se continuar neste ritmo, vai defasar tanto que daqui um tempo estarei ganhando um salário mínimo. Minha esposa se aposentou depois de mim e já recebe mais que eu. Mesmo assim, ela também vem sofrendo perdas consideráveis” ressaltou.

Já para a aposentada Firmina Carolina Neta (70 anos), de Fortaleza, o novo índice representa um aumento em torno de 40 reais. Com o acréscimo, ela poderia pagar uma de suas despesas mensais: a conta de telefone fixo pré-pago. Segundo a cearense, com o benefício de apenas um salário mínimo é necessário controlar as contas para manter a casa própria, que ela divide com a neta de 21 anos. Indagada sobre se recorreria à ajuda dos filhos, foi categórica: “Somente quando não tem outro jeito. Cada um tem suas famílias e precisa cuidar da vida. Minha neta também trabalha, mas como paga a faculdade, não pode ajudar tanto”, ponderou.

### “AJUDA MUITO”

A goiana Edith Pereira de Melo (80 anos), e seu marido, que vivem no Recanto das Emas, cidade-satélite do Distrito Federal, estão entre a maior parte dos aposentados brasileiros: aqueles que recebem até três salários mínimos. No caso deles, o INSS destina 510 reais para cada um. Edith diz que o aumento “ajuda muito?”. “A gente vive com esse dinheiro, mas é difícil sobrar alguma coisa. Com renda mensal pouco acima de 1 mil reais, cerca de 150 reais são gastos apenas com remédios para controlar a pressão e a diabetes.

Distante dos debates do Congresso Nacional em torno da MP 475/09, a grande massa dos aposentados sente no cotidiano a perda do valor dos benefícios que recebem, embora a maior parte não saiba explicar o porquê. Já os parlamentares conhecem bem esses motivos. Enviada ao Senado, dava-se como certo que a medida fosse aprovada sem mudanças. Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo na Casa, era de opinião que a emenda relativa ao reajuste seria mantida, embora torcesse o nariz para a extinção do fator previdenciário. O problema para o governo é que, a se levar em conta o retrospecto, parece que perderia essa também: em abril de 2008, os senadores já haviam aprovado projeto de Paim com o mesmo fim. O texto está na Câmara desde então, mas não foi examinado. ■



# **O CONTROLE DA RIQUEZA IMATERIAL**

Costurado em sigilo por governos e corporações, o Acta é um acordo internacional que pode vigiar o uso da internet e limitar medicamentos genéricos

por *Antônio Martins*



**VEIO À LUZ** em 21 de abril um esboço do Acta (Anti-Counterfeiting Trade Agreement), um tratado internacional denominado, eufemisticamente, de Acordo Comercial Antifalsificação, negociado em sigilo desde 2004, em comitês que reúnem governos e *lobbies* empresariais articulados por alguns dos países e blocos mais ricos do planeta (Estados Unidos, União Europeia, Japão, Suíça, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Cingapura, aos quais se somam México e Marrocos).

O Acta circula à margem de todas as instituições internacionais e jamais foi examinado pelos Parlamentos dos países que o articulam. Se adotado, ele reverterá algumas das principais tendências contemporâneas ligadas à circulação do conhecimento restringindo a troca de bens culturais pela internet (música, vídeos, informações) podendo, assim, interromper também a produção de medicamentos genéricos. Em linhas gerais, o texto visa a

frear a circulação não mercantil de cultura e conhecimento e conter a ascensão dos “emergentes”.

Uma forma de controle, por exemplo, utiliza as alfândegas dos países envolvidos que vigiarão a suposta violação de propriedade intelectual privada (tendo poderes para reter cargas de produtos “piratas” e mesmo vasculhar computadores e equipamentos, como o iPod).

Em contrapartida, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), encarregada do tema na ONU, debate uma agenda de sentido oposto à do acordo (ver box).

### **INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE?**

Essa batalha internacional para controlar a produção e circulação do imaterial expõe a importância econômica e política do tema. A consequência desse controle desdobra-se em possíveis restrições às liberdades e direitos fundamentais.

Os objetivos essenciais do Acta foram expostos num discurso de Barack Obama em 11 de março, durante a Conferência Anual dos Bancos de Exportação e Importação, em Washington. “Vamos proteger de maneira agressiva nossa propriedade intelectual”, anunciou. “Nosso maior ativo é a inovação e criatividade do povo americano. Ela é essencial para nossa prosperidade e será ainda mais, ao longo do século XXI. Mas só será uma vantagem comparativa se nossas empresas souberem que suas ideias não podem ser roubadas e copiadas, com insumos e trabalho mais baratos. [...] É por isso que estamos caminhando rapidamente para novos acordos, inclusive o Acta”, afirmou.

Para construir a proposta do novo acordo, a “inovação e criatividade” dos norte-americanos não foram convocadas, mas as empresas foram parte das negociações desde o início.

As primeiras menções surgiram no I Congresso Internacional sobre a Ameaça Global da Falsificação, realizado em Bruxelas, em maio de 2004, convocado por instituições privadas, como a Câmara de Comércio Internacional (ICC), a Associação Internacional de Marcas (Inta) e públicas, como a Interpol e a Organização Mundial das Alfândegas. O evento suscitou, entre suas recomendações finais, a necessidade de “cooperação mais efetiva entre as partes, nos planos nacional e internacional” para combater “múltiplas ameaças que afetam o comércio”.

### CITADA NO G-8

Em outubro de 2006, a Casa Branca enviou reservadamente aos governos interessados o esboço da primeira versão de um possível acordo internacional. Em fevereiro do ano seguinte, funcionários dos EUA, União Europeia, Japão, Suíça e Canadá reuniram-se para tratar do tema. Meses depois, em outubro, os EUA organizaram uma série de reuniões de trabalho em torno do texto preliminar que já levava o nome de Acta.

As primeiras reuniões foram realizadas em junho de 2008, em Genebra. Coerente com a postura do governo George Bush, tais reuniões (em geral, informais) não incluíram a ONU, nem países em desenvolvimento, nem ONGs nem movimentos sociais.

Ainda em junho, a Acta foi citada no comunicado final da reunião do G-8 (Hokkaido, Japão), o qual pediu “a

conclusão das negociações até o final do ano”. Novos encontros em Washington (julho), Tóquio (outubro) e Paris (dezembro) foram realizados, mas o objetivo do G-8 não se cumpriu a tempo. Os trabalhos foram retomados em julho de 2009, após a eleição de Obama.

Até abril de 2010 (a última delas, em Wellington, Nova Zelândia) foram sete reuniões e em todas os governos tiveram a companhia das principais entidades que representam a indústria cultural e do entretenimento. Associações como a Aliança Internacional pela Propriedade Intelectual (Iipa, em inglês), Associação Americana de Cinema e Animação (MPAA), Aliança das Empresas de Software (BSA) e Associação Americana da Indústria da Gravação (Riaa) compareceram aos encontros, debateram documentos e apresentaram reivindicações.

Além de comunicados oficiais escassos e lacônicos, a única informação disponível sobre o acordo foi uma sucessão de versões vazadas que não foram publicadas por jornais e revistas do mainstream, mas divulgadas em sites e blogs de ONGs, acadêmicos e ativistas ligados à luta pela livre circulação do conhecimento como La Quadrature de la Net (França, [www.laquadrature.net](http://www.laquadrature.net)), Knowledge Ecology International (EUA, [www.keionline.org](http://www.keionline.org)), PublicACTA (Nova Zelândia, <http://publicacta.nz>) e o blog do canadense Michael Gest ([www.michaelgest.ca](http://www.michaelgest.ca)) – talvez a fonte mais completa e atual de informações.

A evidência de que uma agenda estava

sendo construída de forma reservada e sem debate provocou manifestações de descontentamento em todos os interessados. Em setembro de 2008, cerca de cem organizações dos Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul e Austrália lançaram documento público pedindo a publicação oficial dos textos em discussão. Em março de 2009, o Parlamento Europeu aprovou resolução cobrando da Comissão Europeia “tornar públicos, imediatamente, todos os documentos relacionados com as negociações em andamento do Acta”. Em novembro, uma petição com mesmo sentido foi feita, no Congresso norte-americano, pelos senadores Bernie Sanders e Sherrod Brown. Só em 25 de março de 2010 o governo Obama tornou público um rascunho do acordo e, no dia 21 de abril, na sequência da rodada de Wellington, os países envolvidos divulgaram uma versão preliminar oficial.

### CONTROLAR E RESTRINGIR

A análise do teor dos documentos é complexa pois cada um contém, além do texto básico, o registro, em colchetes, das divergências e propostas de acréscimos e supressões apresentadas pelos países participantes, o que dificulta saber, por exemplo, se uma posição expressa no texto básico é a majoritária.

No entanto, os detalhes não escondem os sentidos essenciais do que está em discussão, que é controlar, restringir e, se possível, reverter a circulação não

## AGENDA ALTERNATIVA

Medidas para limitar a propriedade intelectual e estimular a livre difusão dos bens simbólicos já são debatidas até em agências da ONU

Os dez países e blocos que participam das negociações do Acta concentram perto de 75% do PIB do planeta. O caminho para difundir o acordo é transformá-lo em lei nos Estados envolvidos e, em seguida, impô-lo pela força econômica, por meio de acordos de comércio bilaterais ou multilaterais. A União Europeia, por exemplo, abrirá seu mercado ao algodão africano desde que, em troca, sejam adotadas as leis sintonizadas com o Acta.

Esta estratégia revela, porém, uma debilidade grave e nova. O ambiente político e ideológico do planeta mudou. Ao contrário do que ocorreu com as leis de patentes, nos anos 1990, já não há consenso para a agenda neoliberal. Primeiro, devido a uma transformação cultural. A colaboração e as trocas não mercantis via internet fazem parte do cotidiano – em especial,

entre as gerações mais jovens.

Segundo, e último, porque acabou, nos fóruns internacionais, a hegemonia segura dos mais ricos. Países como China, Brasil e Índia ganharam força e capacidade de iniciativa. Sinal dos novos tempos: a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), uma agência da ONU, debate, neste momento, um conjunto de propostas que visam limitar o alcance deste tipo de propriedade.

É a chamada Agenda do Desenvolvimento da Ompi. Foi proposta por Brasil, Argentina e Índia, em 2004, e aprovada na 31ª assembleia-geral da entidade, em 2007. Seu mote é “adequar” as leis de propriedade intelectual ao direito de cada país ao desenvolvimento.

Em sintonia com este objetivo, a Ompi aprovou, em 2009, um conjunto de 45 recomendações de como

mercantil de bens imateriais, novidade das mais inquietantes e promissoras do início do século.

Busca-se submeter essas trocas a um padrão marcado pela propriedade e pelo dinheiro, tarefa árdua na era da digitalização e da internet, daí os apelos frequentes para medidas que ferem as liberdades civis. No corte geopolítico fica evidenciado o desejo de preservar a divisão internacional do trabalho que submete os países do Sul.

São três grupos de medidas principais. No primeiro, estão as que limitam a circulação de bens culturais na internet, como *downloads* de músicas e filmes, por exemplo. O Acta incorpora e procura disseminar o espírito de leis nacionais recentes (caso da “Lei Hadopi”, na França, “Digital Millenium Copyright Act” – DMCA, nos EUA, “projeto de Lei Azeredo”, no Brasil) que invadem a privacidade dos internautas e permitem excluí-los da rede sem amparo judicial.

As empresas que oferecem acesso à internet ou hospedagem de sites são consideradas, pelo texto, corresponsáveis pelo material que é armazenado ou circula em seus computadores, sob a alegação de que os arquivos que registram a atividade dos internautas (chamados de “logs”) ficam gravados por longos períodos.

Os chamados “detentores de propriedade intelectual” – uma gravadora de música ou um estúdio de cinema – podem reivindicar a exclusão de material

que julgam violar seus direitos. Após um certo número de supostas violações, os “infratores” podem ser temporariamente excluídos da rede. Todos os procedimentos são feitos por medidas administrativas. Incluídos na “Lei Hadopi” francesa, dispositivos semelhantes foram derrubados pelo tribunal constitucional do país. Mesmo assim, constam de diversas versões do Acta.

### ATÉ OS GENÉRICOS

O segundo grupo de medidas atinge os medicamentos genéricos. Neste tema, age-se por dois caminhos. Os países signatários são pressionados a manter ou ampliar o alcance de suas leis de patentes – inibindo a produção ou compra de drogas fora do circuito dos grandes laboratórios transnacionais. Ao mesmo tempo, procura-se legitimar procedimentos controversos, como as retenções, na Europa, de cargas de remédios destinadas a países africanos. Em diversas ocasiões, medicamentos para o tratamento da Aids - legais tanto no ponto de origem (Índia) quando nos de chegada – foram apreendidos quando os navios ou aviões que os transportavam fizeram escalas em portos europeus ou no aeroporto de Schiphol (Holanda). Alegou-se que violavam as leis europeias. A Índia protestou, inclusive em organismos da ONU. Com o Acta pretende-se tornar tais apreensões rotineiras e incontroláveis.

A terceira série de propostas muda o

caráter das alfândegas, hoje um serviço público voltado à proteção das fronteiras políticas e econômicas dos Estados. Se o acordo prosperar, as aduanas acumularão, também, o papel de fiscais da propriedade intelectual de empresas privadas. Acionadas pelos interessados, e sem necessidade de decisão judicial, poderão ordenar, por exemplo, a abertura de contêineres, para verificar se contêm produtos falsificados. Em certas versões extremadas, presentes nos textos, terão também poderes para adotar o mesmo procedimento nas bagagens pessoais de passageiros. Nesse caso, examinarão (e punirão) tanto a presença de CDs, DVDs ou objetos contendo marcas “piratas” quanto de arquivos digitais sem licença, armazenados em qualquer suporte físico (o HD de um notebook, um *pendrive*, um celular). A evidente dificuldade de fazê-lo é um indicador do desespero a que parece ter chegado a indústria do entretenimento.

Mesmo em suas modalidades menos kafkianas, o texto “é imperialismo sem disfarces”, segundo James Love, diretor da Knowledge Ecology International. Ele lembra: “A maior parte dos países hoje desenvolvidos aplicou, durante muito tempo, políticas não restritivas sobre patentes e direito autoral [...] É o caso da Suíça, que copiou a química alemã no século XIX, ou dos EUA, que não reconheceram, até 1891, o *copyright* sobre as obras inglesas então predominantes, para oferecer aos editores nacionais receitas provenientes da liberdade de cópia”.

promover o equilíbrio entre os requisitos da propriedade intelectual e os interesses mais amplos da sociedade; promover a transferência de tecnologia, em especial para superar a desigualdade digital; preservar e ampliar o acervo de obras consideradas de “domínio público”; rever as políticas de propriedade intelectual que afetam o setor informal das economias. No plano internacional, ainda não saiu do campo das propostas. No entanto, em diversos países, entre eles o Brasil, efeitos concretos já são produzidos. O Ministério da Cultura (MinC) lançou, em 2005, um movimento para rever a “Lei do Direito Autoral” (Lei 9.610). Aprovada em 1998, é considerada uma das mais restritivas do mundo, aferrada obsessivamente ao conceito de propriedade. Ela torna ilegais práticas corriqueiras como xerocar livros, transferir para um

tocador de MP3 músicas de um CD ou cantar músicas em ambientes públicos, sem consentimento prévio do autor.

Há três anos debatida em uma série de audiências públicas, o projeto para superar a lei atual será enviado ao Congresso Nacional neste ano. Apoia-se em três pontos: reequilibrar os direitos autorais e os pessoais, introduzindo, por exemplo, o direito à cópia para uso privado; rever as relações entre autores e intermediários, evitando que empresas apropriem-se dos direitos autorais de seus funcionários (no caso de escritores, jornalistas e fotógrafos, por exemplo); e modernizar os mecanismos de arrecadação dos direitos, substituindo entidades anacrônicas, como o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), por um Instituto Brasileiro do Direito Autoral.



# Estamos vivendo um novo Brasil. **Feito por você.** Respeitado pelo mundo.

Nós brasileiros conquistamos um país cada vez melhor para todos. Estamos juntos, seguindo em frente. E é possível avançar ainda mais.

- **US\$ 239 milhões acumulados em reservas** internacionais no último ano. Aumento de 385% frente a 2003. Fonte: Banco Central.
- **A classe C já corresponde a 53,6%** da população brasileira e a classe AB aumentou de 10,7% para 15,6%, de 2003 a 2009. Fonte: FGV.
- **R\$ 69,92 bilhões investidos em habitação.** Aumento de 600% em relação a 2003. Fonte: Ministério das Cidades.
- **596 mil bolsas do Prouni** concedidas em 1.253 municípios, de 2005 a 2009. Posição: março de 2010.
- **Mais de 3 milhões de veículos vendidos** em 2009, um novo recorde histórico. Crescimento de 150% em comparação a 2003.
- **24,1 milhões de brasileiros** superaram a pobreza, entre 2003 e 2008. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
- **12,1 milhões de empregos formais** gerados nos últimos 7 anos. Fonte: Rais e Caged.
- **Desmatamento 74,4% menor** do que em 2004. O menor índice já registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração da taxa anual. Fonte: INPE.
- **0 percentual da população pobre caiu** de 42,7% para 28,8%. Fonte: PNAD.
- **Queda de 61,6% da desnutrição infantil,** entre 2003 e 2008. Fonte: Ministério da Saúde.





# O LEILÃO E O MERCADO

Com Belo Monte, o governo pretende baratear a eletricidade para dezenas de milhões de consumidores comuns. Enquanto isso, algumas centenas de grandes, chamados consumidores livres, continuam a gozar das maiores vantagens do sistema elétrico nacional

*por Tânia Caliar*



Roosevelt Pinheiro/ABR

**NA MANHÃ DO** conturbado leilão da usina de Belo Monte, em 20 de abril, a entidade ambientalista Greenpeace, e outros movimentos contrários à hidroelétrica, obstruíram a entrada do prédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, com cerca de três toneladas de esterco bovino. Deixavam claro que, para eles, o leilão não cheirava nada bem.

O mau cheiro, porém, não impediu a realização do certame, vencido, surpreendentemente, pelo Norte Energia, consórcio montado de última hora com intensa participação do governo federal. O arranjo, liderado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf, com 49,98% de participação) e composto por outras oito empresas, bateu o até então

favorito Belo Monte Energia, liderada pela empreiteira Andrade Gutierrez (com 12,75% de participação), que carregava com ela outras cinco empresas.

O lance de 78 reais por megawatt-hora (MWh) do Norte Energia derrubou seu concorrente logo na primeira rodada do leilão, garantindo um deságio de 6,02% em relação ao teto tarifário estabelecido pelo edital da licitação (83 reais). O governo havia conseguido resistir às pressões de empresas privadas para que os valores da obra e da tarifa fossem maiores, o que levou as construtoras Camargo Corrêa e Odebrecht a desistirem de participar da disputa.

Na entrevista coletiva concedida ao final do leilão, o titular do Ministério de

Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, e o presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Maurício Tolmasquim, exaltaram o resultado como a vitória do princípio da modicidade tarifária perseguido pelo governo. No entanto, as declarações do representante do consórcio vencedor, José Ailton de Lima, diretor da Chesf, estatal subsidiária da Eletrobras, revelaram que a costura de seu consórcio estava ainda totalmente frouxa. Ele foi firme ao dizer que o grupo construirá a usina com os 19,6 bilhões de reais estabelecidos no edital e que terá lucro vendendo energia à tarifa de 78 reais. Mas esquivou-se como pôde das perguntas relativas à composição final do consórcio. ▶

De fato, nas semanas seguintes ao leilão, ocorreram inúmeras negociações em torno da remodelagem do consórcio. E é possível que a formação final da sociedade que construirá e explorará Belo Monte no rio Xingu, a terceira maior hidroelétrica do mundo, com 11.233 megawatts (MW) de potência instalada, seja conhecida apenas dias antes da assinatura do contrato de outorga da concessão, que ocorrerá provavelmente no mês que vem.

Do lado estatal, é dado como certo o ingresso da Eletronorte na cota dos 49,98% que a Chesf detém. Espera-se também a entrada dos fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Outra alteração, necessária para o atendimento ao edital, é a entrada no grupo dos chamados “autoprodutores”, que produzem parte da grande quantidade de energia que consomem. Empresas desse tipo, como CSN, Gerdau, Braskem, entre outras, demonstraram interesse. Foi noticiada também a possibilidade de participação da estatal russa Technopromexport (TPE), da área energética.

### “MAIOR CONFORTO”

As negociações com as empreiteiras podem ser mais complicadas: na formação original do consórcio vencedor elas detinham 40% da sociedade, mas não poderão exceder, de acordo com o edital, 20%. Essa disputa particular envolve as seis construtoras do consórcio original (Mendes Junior, Serveng, Galvão Engenharia, Cetenco, J. Malucelli e Contern) e as gigantes Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, além da OAS, interessadas em assumir como contratadas parte das obras da usina.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva empenhou-se muito para garantir Belo Monte. Primeiro, decidiu que as estatais do setor elétrico participariam de 49,98% dos investimentos, o que não lhes dá o controle acionário do empreendimento, embora, como disse o ex-titular do MME, Edson Lobão, garanta “maior conforto aos investidores” privados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% da obra, algo como 13,5 bilhões de reais, a juros anuais subsidiados de 4%, por um período de 30 anos. Por fim, a empresa que explorará Belo Monte terá isenção de até 75% no imposto de renda durante uma década.

Após a entrevista coletiva, o representante dos chamados consumidores livres,

Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Consumidores de Energia (Abrace), disse a *Retrato do Brasil* que seus associados não estão preocupados com o fato de que parte expressiva da energia de Belo Monte (no mínimo 10%) vai, segundo definiu o edital, para os autoprodutores participantes da sociedade, em detrimento do mercado livre (no máximo 20%). O edital do leilão definiu ainda que os demais 70% da energia serão destinados, ao preço da tarifa vencedora, às distribuidoras para atender seus clientes, os consumidores comuns, no chamado mercado cativo.

“O que importa não é a quantidade, e sim o preço da energia”, diz Lima. “Com a tarifa a 78 reais para o mercado cativo, é certo que vão querer empurrar a energia a 140 reais para os consumidores livres. Isso não dá”. “A energia de Jirau, destinada ao mercado livre, a esse preço está até hoje enalhada”, disse, referindo-se à usina do rio Madeira leiloada em 2007, que, quando pronta, deve dedicar 30% da energia gerada ao mercado livre.

Para se entender a queixa da Abrace e o destino da energia de Belo Monte é preciso compreender como se estrutura o mercado de energia no Brasil. Para isso,

RB foi, dois dias após o leilão, conhecer um dos agentes que atuam num dos ambientes onde a energia é comercializada, o mercado livre. Na comercializadora Iguazu, instalada num complexo de salas de um elegante edifício comercial na região sul de São Paulo, o ritmo de trabalho é absolutamente normal. Joaquim Salles Neto é o jovem diretor-presidente da companhia e avalia que ainda é cedo para pensar estratégias de venda da energia de Belo Monte destinada ao mercado livre. “Primeiro, o consórcio vencedor tem que definir um preço para ofertar no mercado. Dependendo do preço, vamos ver se nos interessamos ou não”, diz.

### CONSUMIDOR CATIVO

Assim como a empresa que explorará Belo Monte, todas as geradoras de energia do País podem, seguindo as regras adotadas em 2004 pela reforma do setor elétrico do governo Lula, vender sua energia em dois mercados: o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), ou mercado livre. No ACR, a energia é destinada aos consumidores cativos, cuja maioria é residencial, a uma tarifa controlada pela

Zimmermann: o resultado significou a vitória do princípio da modicidade tarifária



Rocseweit/Pineiro/ABR

Aneel. O termo cativo se aplica porque nesse mercado não há como escolher o fornecedor nem negociar preços. As geradoras sempre vendem a energia para as distribuidoras por meio de leilões organizados pelo governo federal.

No ACL, ou mercado livre, a empresa geradora vende diretamente para consumidores livres, comercializadoras ou até para outra geradora, que precise dessa energia por questões contratuais. O preço, o prazo, os reajustes, tudo é negociado entre as partes. O ACL responde hoje pela negociação de 28% da energia elétrica gerada no Brasil, cuja maioria de seus cerca de 700 consumidores são grandes empresas industriais e de serviços, com demanda superior a 3 mil MW. A divisão entre mercado livre e regulado foi uma das mais importantes mudanças que o governo Lula fez em relação ao modelo que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tentou implantar a partir de 1995. Pelas regras de FHC, o mercado seria totalmente livre depois de um período de transição. Já no governo atual, as distribuidoras, que atendem o mercado cativo, ficaram restritas a comprar energia nos leilões federais para atender os consumidores comuns com preços regulados.

Salles destaca que a interferência governamental no mercado de energia é muito maior hoje do que a da era FHC, mas que foi sob esse ambiente de mercado muito mais restrito que o mercado livre cresceu. Salles diz que, na verdade, o grande incentivador desse processo foi o baixo preço da energia disponível para esses consumidores especiais. “O preço baixo foi uma alavanca para o crescimento rápido do mercado. Chegar a 28% do mercado em poucos anos não acontece em qualquer lugar”, diz.

Mas de onde veio essa energia barata? Ela veio basicamente da sobra do racionamento de 2001 e da descontração de energia adotada por FHC e mantida pelo governo Lula. Para se entender o procedimento de descontração é preciso recorrer à história. Até a segunda metade da década de 1990, o sistema elétrico brasileiro funcionou da forma como se estruturou entre o início dos anos 1950 e as três décadas que se seguiram. Basicamente, a *holding* estatal Eletrobras controlava um grupo de subsidiárias responsáveis pela geração, transmissão e distribuição da energia. Uma das características marcantes desse sistema, que ainda se mantém, é a predominância

## BELO MONTE E A SUA CONTA

A usina do Xingu deve contribuir para reduzir as perspectivas de aumento na tarifa paga pelos consumidores comuns

Talvez o consumidor nem sinta no bolso o baixo preço da energia de Belo Monte resultante do leilão, pois seu valor vai ser mais um dos que entram no cálculo da parcela relativa à geração de sua conta de luz, que agrega ainda os custos relativos à transmissão, distribuição, encargos e tributos.

O preço relativo à geração é tirado de um mix de preços que a distribuidora paga a cada contrato que tem com as geradoras. Aí podem entrar, por exemplo, contratos de geração eólica a 140 reais o MWh, de termoeletrica a 350 reais, a energia de Jirau, a R\$ 71,40, e outros valores de muitos outros contratos. Para o consumidor da Região Metropolitana de São Paulo, servido pela distribuidora AES Eletropaulo, por exemplo, a chamada Tarifa Residencial Plena custa R\$ 0,293 o quilowatt-hora (ou 293 reais o MWh). A geração representa 50% dessa tarifa, a distribuição, 28%, a transmissão, 9%, os encargos, 12%. Os tributos vêm contabilizados à parte e representam 15,5% do total a pagar.

Mesmo não representando grande impacto, a geração hidráulica de Belo Monte deve ajudar a baixar um custo que, segundo especialistas, deve aumentar aproximadamente 22% entre 2010 e 2014. Metade desse aumento de geração, segundo Mário Veiga, presidente da PSR Consultoria, é relativo à participação das termoeletricas na matriz energética brasileira, que tem crescido: nos contratos definidos em leilões da Aneel para a geração de energia, que serão entregues em três e cinco anos, anteriores ao de Belo Monte, houve a contratação de muitas térmicas a óleo devido à ausência de projetos hidroelétricos.

da matriz hidroelétrica na geração e seu alto grau de interligação, o que permite usufruir amplamente das vantagens proporcionadas por um País como o nosso, de grande território e clima tropical. Como as regiões brasileiras têm regimes de chuvas alternados, é possível compensar, para fins de fornecimento de energia elétrica, os momentos de estiagem dos

## A energia barata vem da sobra do racionamento e da descontração mantida por Lula

rios de uma determinada área com os de cheia de outra. Assim, a sobra de energia produzida numa região é transmitida para outra onde, devido à escassez de água, a produção é menor.

Nos anos 1980, essa estrutura foi abalada pela falta de investimentos e pela prática de tarifas subsidiadas. As estatais do setor se endividaram ao serem utilizadas para levantar recursos para a rolagem da dívida externa e foram obrigadas a cobrar tarifas baixas para reduzir o impacto inflacionário. Quando Fernando Henrique assumiu em 1995, alegou ser necessário privatizar

o setor para que fossem realizados novos investimentos.

A privatização se concentrou na área de distribuição. A mudança mais importante, no entanto, foi a separação radical entre produção e comercialização de energia. Pelo esquema anterior, a tarifa era definida com o objetivo de cobrir os custos de produção e remunerar os investimentos realizados, de forma que o sistema tivesse recursos para planejar e investir no atendimento da demanda futura. O governo FHC tentou substituir essa forma de planejamento estatal pela atuação livre do mercado, supostamente mais eficiente. Para isso, quebrou os contratos de longo prazo que vinculavam geradoras e distribuidoras e impôs novos acordos.

### QUEBRA DE CONTRATOS

“Em 1998, o governo obrigou todas as geradoras a fazer contratos especiais para o fornecimento de energia com todas as distribuidoras, os chamados ‘contratos iniciais’”, diz Salles. Esses contratos especiais começaram a valer em 1999 e definiam que, a partir de 2003, a energia passaria a ser descontraçada aos poucos, em 25% ao ano, passando a estar disponível para ser negociada livremente. Assim foram surgindo novos agentes do setor, como Salles, comercializadores que contratam energia das geradoras e a revendem aos consumidores livres. ▶

Em janeiro de 2007, segundo o plano original, os contratos especiais estariam terminados e toda energia estaria disponível para ser disputada no mercado. “A lógica era criar um mercado competitivo, que iria atrair investidores privados para o setor. A competição traria, em teoria, mais eficiência ao mercado, e o mercado seria perfeito, o sonho de todos”, diz Salles. A equação, no entanto, teve muitas variáveis que atrapalharam a tal solução “perfeita”. O apagão e o racionamento foram duas delas, pois derrubaram o consumo em 20%. “Com o fim do racionamento, em fevereiro de 2002, o povo não voltou a consumir. Além disso, teve o fraco desempenho da economia mundial e incerteza política com a eleição de Lula. De 2002 a 2005 houve um sobra de energia absurda no País”, diz.

### “PREÇO DE BA-NA-NA!”

O governo Lula, com a reforma que fez a partir de 2003, deu um enfoque diferente ao modelo buscando controlar a tarifa do mercado regulado, mas manteve o espírito liberal mais geral, com a descontração e o ambiente livre, que começou a crescer. “O grande consumidor, principalmente o exportador que depende do preço do insumo para colocar seus produtos lá fora, foi o primeiro a sair do mercado regulado para comprar essa energia que ia sendo liberada ano a ano a preço de banana”. “Ba-na-na!”, frisa Salles, “porque sobrava energia”. “Essa energia, que no contrato inicial custou 70 reais o MWh, passou a ser recontratada a 20 reais, 25 reais nesse mercado. Isso foi um grande estímulo para o mercado livre, que saiu do zero em 2000 para 25% do consumo de energia em 2006”. Uma das consequências disso, reconhece Salles, é que “as geradoras, principalmente as estatais, ao venderem energia a um preço muito baixo, ficaram com um mico na mão, com incapacidade de reinvestir e com dívidas.”

Além da energia que sobrava, os reservatórios das hidroelétricas cheios em 2006 e 2007 geraram um cenário favorável para que os grandes consumidores não fizessem contratos de longo prazo. Porque iriam se comprometer com preços de longo prazo se eles podiam comprar ao preço baixo corrente, e, mesmo, comprar energia depois de consumida? Cabe aqui outra explicação. Todos os contratos de compra e venda de energia são registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), autarquia ligada ao

MME e sediada em São Paulo, que controla o fluxo do mercado. Uma das regras da CCEE para os contratos do mercado livre permite que durante os primeiros nove dias úteis de cada mês, geradores, comercializadores e consumidores façam contratos para a energia já consumida para fechar o balanço do mês anterior. “Todos os agentes têm sua mesinha de operação e negociam esses contratos de curtíssimo prazo no início de cada mês”, diz Salles, cuja companhia fecha de 30 a 70 contratos nesse período. Se os agentes não fecharem esses contratos, se sujeitam à liquidação que a CCEE faz, cobrando a energia usada pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que geralmente é muito barato.

O módico preço do PLD se explica pelas características físicas do setor elétrico brasileiro e por seu alto grau de interligação. O País tem 107 mil MW de potência instalada em milhares de usinas hidroelétricas (73% da matriz elétrica), termoeletricas (24%), nucleares (1,86%) e eólicas (0,71%), que têm produzido aproximadamente 55 mil MW médios para atender à demanda

atual. Parte desse parque é estatal, parte é privado, mas o fato é que toda usina com potência acima de 50 MW tem despacho centralizado e quem controla sua produção é o Operador Nacional do Sistema (ONS), e não o seu dono. Essa geração “monopolizada” foi mantida porque garante enorme rentabilidade energética obtida pela exploração conjunta das usinas, reservatórios e linhas de transmissão que compõe o Sistema Interligado Nacional (SIN) do setor elétrico.

### PLD MUITO BAIXO

Para organizar seu despacho – ordenar que as usinas passem a gerar energia – os técnicos do ONS, em Brasília, recebem informações atualizadas de cada unidade. Com elas, preparam programações semanais de despachos para os quatro subsistemas elétricos interligados do País (Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul). O ONS vê o consumo passado, calcula a carga para a semana seguinte e escolhe quais usinas vão entrar no despacho. Utiliza três critérios básicos para essas escolhas: menor custo variável de operação, menor perda de

## INTERLIGAÇÃO NACIONAL

As estruturas de diferentes regiões são conectadas para garantir o melhor aproveitamento das características tropicais do País



transmissão e nível de reservatório. Os dois primeiros atendem à busca pela energia mais barata. O nível dos reservatórios é a garantia de geração futura. Já que o custo da geração da energia hidráulica é o mais baixo de todos, as usinas hidroelétricas são as primeiras a entrar no despacho. “O ONS olha para a demanda do Sudeste e vai selecionando todas as usinas da região para entrarem em ação. Avalia a situação de cada reservatório para ver se coloca as usinas a toda potência ou não. Se as hidroelétricas do Sudeste não forem suficientes, chama a energia de Tucuruí, da região Norte, por exemplo, para complementar a carga do Sudeste, levando em consideração se os gastos e perdas de transmissão valem a pena. Se não completou a carga, tem que despachar as termelétricas, primeiro as movidas a gás natural, que são mais baratas, e vai indo até as mais caras”, diz Salles.

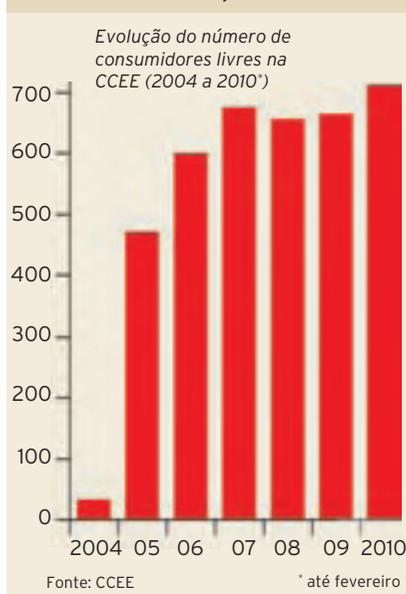
Ele explica que o valor do PLD vem dessa ordem de despacho. “O PLD representa o custo variável da última usina despachada para atender o consumo semanal. O valor da mais cara. Como temos água em abundância, geralmente mantemos o despacho só com as hidráulicas. Assim, o valor do PLD vai ser muito baixo na maior parte do tempo, como hoje, que está a 25 reais. Quando for o período seco vamos entrar com o PLD na casa de 70, 80, 90 reais, porque aí vamos precisar das térmicas, mais caras”.

### “BAITA NEGÓCIO”

O PLD reflete a grande vantagem hidrológica e estrutural das usinas e grandes reservatórios que o Brasil construiu ao longo de décadas, e sua adoção como preço de liquidação da CCEE, que só pode ser gozado pelos poucos consumidores livres, foi determinado pelo modelo escolhido pela ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, na reforma de 2003. Em outros mercados liberais pelo mundo, o que determina o preço no mercado de energia é a clássica lógica de oferta e demanda. Aqui, com esse patamar artificial de preço, que baliza os preços dos contratos de curto prazo, os consumidores livres preferem não fazer contratos de longo prazo, que podem implicar na compra de energia nova, como os de Belo Monte, que, para poder ter seu projeto viabilizado, podem custar 140 reais o MWh no mercado livre. “O grande problema se dá quando você tem consumo se instalando numa velocidade maior do que a do governo de planejar a expansão da geração”, diz Salles.

## O SALTO DOS LIVRES

### Os consumidores no mercado livre cresceram quase 20 vezes



O problema é maior ainda quando esse consumo se dá a preços que não remuneraram investimentos futuros, como o preço de curto prazo. “Para evitar isso, o jeito é obrigar o consumidor livre a contratar também a longo prazo. Aí nós tivemos três etapas: governo FHC, governo Lula até 2008 e pós-2008”, explica Salles. No governo FHC, o consumidor podia ter até 15% de seu consumo sem contrato e ser automaticamente liquidado na CCEE. “Em determinado momento isso passou a ser um baita negócio para comercializadoras e consumidores, porque no período de racionamento ninguém pagava o descoberto. Ficou uma conta enorme. Isso foi resolvido depois por acordos, processos arbitrais e até processos judiciais”.

O governo Lula mudou as regras e exigiu que os consumidores registrassem na CCEE 100% de seu consumo. “Só que a regra não dizia como era estar 100% contratado. Então você ainda podia chegar ao final do mês sem contratos, e fechá-los nos primeiros nove dias do mês seguinte. Podia contratar 100% a posteriori, não tinha problema nenhum. Por isso o mercado estava totalmente descontratado em janeiro de 2008, quando houve atraso nas chuvas e o PLD foi a 570 reais. Quem estava exposto perdeu em janeiro o que ganhou no ano anterior inteiro”, diz Salles.

A regra foi então novamente alterada e agora determina que todo o consumo

dos livres deve ter contrato registrado para os próximos quatro meses. Se não houver registro, a CCEE exige uma garantia financeira todo mês. “A medida acabou por onerar o consumo a descoberto e desestimular o consumo sem contrato”.

### NINHARIA

Ainda assim, diz Salles, o mercado livre é vantajoso. Segundo ele, a composição do preço da energia para os grandes consumidores não é igual ao do mercado cativo. “A parte do sistema de transmissão e distribuição custa pra nós, consumidores cativos, bem mais do que custa para o grande consumidor industrial, porque você tem que receber a energia a 110 volts na sua casa, tem que rebaixar a tensão. O grande consumidor tem parte da estrutura, então o que ele paga pelo sistema é uma ninharia. Ele pode pagar a mais pela energia porque paga pouco pelo sistema”, diz.

Além disso, o preço dos contratos de curto prazo continua fluando perto do preço do PLD, porque senão, mesmo com as multas, pode ser vantajoso deixar para liquidar o consumo na CCEE. Se o contrato for de longo prazo, a vantagem é a previsibilidade do reajuste nele determinado, já que no mercado cativo os aumentos de tarifa são estipulados pela Aneel anualmente mediante a comprovação de novos custos das distribuidoras, que podem variar muito.

Salles faz ainda uma apaixonada defesa do mercado livre e do mecanismo de se liquidar a energia na CCEE pelo preço do PLD, porque, segundo ele, isso estimula os agentes do setor “a arbitrar diferenças de preços, montarem posições de aposta”. “Isso não é ruim, isso traz eficiência para o mercado, porque senão você fica na mão de uma linha governamental que diz: vou subsidiar o mercado regulado com o preço do mercado livre. E tem gente que defende isso ferozmente. Mas se a única fonte de energia do mercado livre fosse Belo Monte, a 140 reais, o mercado livre já estaria morto”, diz.

Salles tem razão ao dizer que há quem defenda o mercado cativo frente ao ambiente livre, já que os consumidores livres têm se beneficiado amplamente das vantagens estruturais que o setor elétrico brasileiro levou décadas para construir. Algo que para três importantes estudiosos e militantes do setor elétrico brasileiro não cheira nada bem, como veremos no artigo a seguir. ■

# O MODELO E A TARIFA

Hoje, a energia elétrica no Brasil é uma das mais caras do mundo. E, segundo três especialistas, o modo como ela é comercializada tem muito a ver com isso

NO SEGUNDO SEMESTRE do ano passado, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI para investigar as tarifas de energia elétrica no Brasil. Em 25 de agosto, três grandes especialistas do setor elétrico nacional expuseram aos deputados seus pontos de vista a respeito dos altos preços da tarifa brasileira, uma das mais caras do mundo. Segundo Luiz Pinguelli Rosa (coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe, da UFRJ), Roberto D'Araújo (consultor na área de energia) e Ildo Sauer (diretor da Divisão de Ensino do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP), o alto custo da energia no País advém do modelo do setor elétrico adotado pelo governo FHC e reformado pelo governo Lula.

“Houve uma promessa não cumprida. No governo FHC, a promessa não cumprida foi a de que, com a privatização, teríamos investimentos e modicidade tarifária por meio de uma competição. Isso não se deu. No governo Lula essa modicidade tarifária também não está ocorrendo”, disse Pinguelli Rosa, para quem a energia cara no País é um paradoxo. “Em primeiro lugar, porque somos um país pobre. Em segundo lugar, porque somos um país hidrelétrico que, geralmente, tem geração mais barata”.

Os deputados ouviram de Pinguelli Rosa que o baixo custo da energia hidrelétrica se deve ao fato de que o único gasto que a usina tem, após a amortização do capital investido para sua construção, é com operação e manutenção, pois o combustível que faz girar suas turbinas é a água, abundante nos rios brasileiros e que pode ser armazenada em reservatórios.

Afinado com Pinguelli Rosa, D'Araújo disse que as hidrelétricas têm uma vida útil longa, que pode passar de cem anos,

e no período pós-amortização sua energia pode ser produzida a baixo custo se o sistema for gerenciado sob um regime de serviço público, remunerado pelo seu custo. “Serviço público não quer dizer que é estatal ou privado. Quer dizer que um dono de uma usina recebe uma tarifa que pague seus custos e mais uma remuneração garantida”, disse.

Segundo o consultor, a partir da adoção do modelo liberal, o Brasil abandonou o princípio do serviço pelo custo e adotou princípios competitivos, coisa que, ao contrário do que muita gente pensa, não aconteceu em todos os sistemas do mundo. “O Canadá continua sob o regime de serviço pelo custo. O estado do Oregon, nos

EUA, que tem hidroeletricidade, também continua sob o regime de serviço pelo custo”, disse D'Araújo, que usa justamente o Canadá para uma comparação tarifária com o Brasil.

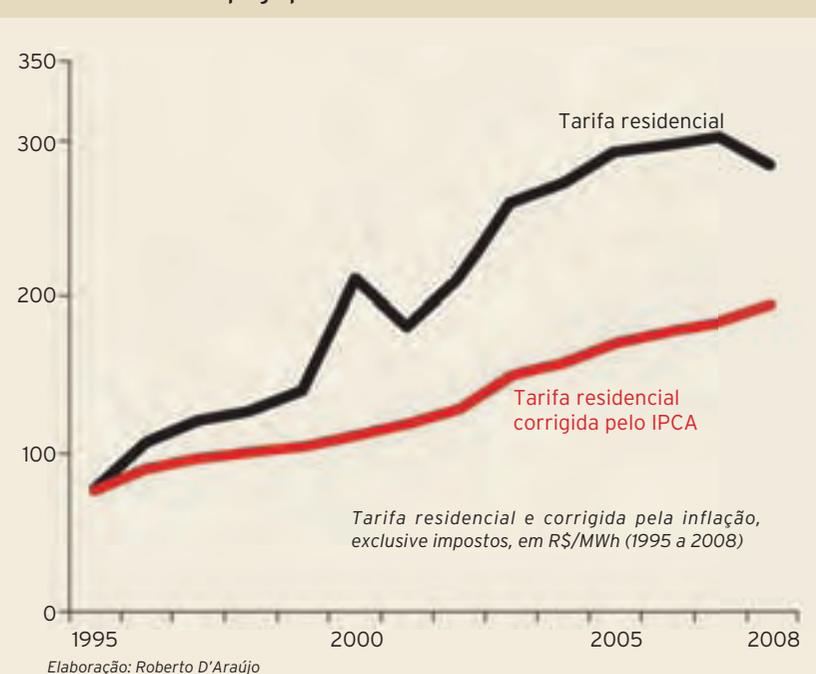
Mostrando dados de sua própria conta de luz, o consultor comparou a tarifa do Rio de Janeiro com outras. “Nós pagamos 16 centavos de dólar canadense, enquanto na província de Ontário se paga 11”. Para que não restassem dúvidas quanto ao alto custo da energia para os brasileiros, D'Araújo destacou que “no período pós-2002, quando houve melhoria da renda média no País, o brasileiro podia comprar com sua renda média quase 7 mil quilowatts-hora, e que hoje essa renda dá apenas para comprar 3 mil quilowatts-hora”.

## DESCONTRATAÇÃO

Segundo os estudiosos, o pecado original que resultou na escalada do custo da energia foi o fato de o setor ter aberto mão de repassar à sociedade a energia barata resultante da amortização de suas grandes hidrelétricas. E, pior, destinar essa vantagem a um grupo específico e minoritário de agentes que surgiram com o novo modelo. O principal mecanismo de transferência desses recursos foi a descontratação de energia, e seus maiores beneficiados foram os consumidores livres, o que foi destacadamente reconhecido pelo presidente da comercializadora Iguazu.

## MUITO ALÉM DA INFLAÇÃO

A tarifa residencial paga pelos consumidores cativos descolou do IPCA



“A descontração estava dentro de uma filosofia de privatização dessas empresas. Se não era mais essa filosofia [do governo Lula], por que então manter essa descontração? Por uma opção do governo do presidente Lula, a descontração foi mantida”, disse Pinguelli Rosa, que combateu esse procedimento duramente, juntamente com Sauer e D’Araújo, quando disputaram e perderam para um grupo liderado pelo atual presidente da EPE, Mauricio Tommasquin, a direção do setor elétrico, na reforma de 2003.

A descontração levou ao aumento dos preços da energia, pois as distribuidoras, que servem ao mercado cativo, passaram a firmar novos contratos a preços que chegavam a 140 reais o MWh. O modelo de FHC permitia inclusive que distribuidoras fizessem a autocontratação, comprando até 30% de sua energia de geradoras pertencentes a seu mesmo grupo econômico. As distribuidoras não se importavam de pagar mais para sua empresa irmã, já que o custo seria repassado para as tarifas. Isso sem falar na contratação de energia de usinas termoeletricas, muito mais cara e igualmente repassada para os consumidores.

D’Araújo apontou o racionamento de 2001 como outro fator de impacto sobre o valor da energia, já que a Aneel concedeu aumentos significativos nas tarifas para compensar a redução do consumo e a frustração das receitas das distribuidoras.

Em seu depoimento, Sauer revelou aos deputados que a população brasileira assumiu também o custo de mais de 6 bilhões de reais pela contratação de energia emergencial promovida em 2000 para tentar se evitar o apagão. Apesar de o candidato Lula ter enviado carta ao presidente Fernando Henrique dizendo que esses contratos eram um escândalo, eles foram mantidos até o fim, em 2006. “A solução adequada, me parece, era fazer o que a Petrobras fez”, disse

Sauer, que combateu esses acordos quando foi diretor de Gás e Energia da estatal. “A Petrobras entrou em negociação com todos aqueles que eram sócios das termoeletricas. Só em três contratos, a Petrobras retomou 1 bilhão de dólares. Se essas usinas não eram mais necessárias, porque depois do racionamento sobrava energia, a solução era chamar os contratantes que as construíram de boa-fé, indenizá-los pelos 2 bilhões de reais e deixá-las de reserva”. Como os contratos foram mantidos, em três anos os investidores receberam três vezes mais do que as usinas custaram. Também contribuíram para o aumento das tarifas os encargos associados à configuração do

## A população assumiu o custo de mais de R\$ 6 bilhões, pagos para evitar o apagão

modelo. “Criou-se um conjunto de custos para pagar Aneel, ONS, a CCEE e todo um conjunto de agentes com seus riscos, seus salários, seus pareceres jurídicos”, disse Sauer.

Outros encargos surgiram, segundo Sauer, para se minimizar a insegurança do sistema. Ele considera estranha a insegurança apontada pelos agentes do mercado de energia, pois, aparentemente ela teria sido bastante reduzida pela medida adotada pelo governo Lula, segundo ele acertada, de exigir que 100% da demanda do mercado regulado seja prevista e contratada a longo prazo. “Ora, se os consumidores cativos contratam uma energia cara para ter confiabilidade, quem está dando origem aos ris-

### AQUI SE PAGA MAIS No Canadá, a tarifa mais alta equivale a 70% da menor no Brasil

Cidades	Província/Estado	Tarifas (centavos de dólar canadense/kWh)
Toronto	Ontário	11,5
Vancouver	British Columbia	7,1
Montreal	Quebec	7,0
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	16,6
São Luís	Maranhão	22,1

1 dólar canadense = 1,87 reais

Dados de 2007

Fonte: [www.hydro.mb.ca/regulatory\\_affairs/energy\\_rates/electricity/utility\\_rate\\_comp.shtml](http://www.hydro.mb.ca/regulatory_affairs/energy_rates/electricity/utility_rate_comp.shtml)

cos, suspeito eu, é a insegurança em relação ao grau de contratação dos 28% da energia que vai para o mercado livre”, disse.

### VANTAGEM ESTRUTURAL

Os três estudiosos são unânimes na avaliação de que, na troca para o modelo liberal, o mercado livre se apropriou das vantagens de um sistema de matriz hidroelétrica barata. Com a sobra de energia pós-acionamento, a energia descontraada foi vendida a preços irrisórios aos grandes consumidores que, diferentemente dos consumidores cativos, não são obrigados a fazer contratos de longo prazo – mais onerosos, mas que garantem a segurança de geração –, e podem se beneficiar dos baixos preços da energia, abundante na grande maioria do ano. “Se essa energia estava disponível, e se fosse aceitável que estatais vendessem energia a 14, 15, 20, 22 reais o MWh, que vendessem para o mercado cativo, não para o outro”, disse Sauer.

“Quando a lei permite que os 660 maiores consumidores do País comprem energia no curto prazo, ela permite que eles peguem carona na vantagem estrutural que existe no sistema brasileiro, que é a abundância das fluências”, disse D’Araújo. ■

Pinguelli (1º à esq.), D’Araújo (4º) e Sauer (5º): nem FHC nem Lula cumpriram as promessas que fizeram a respeito do setor elétrico







**Com suas redes temáticas, a Petrobras está em mais de 100 centros acadêmicos do Brasil. Mas se você procurar, pode achar todas no mesmo endereço.**

A história da Petrobras sempre esteve ligada ao pioneirismo. E uma das principais fontes de novas ideias vem de convênios com universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Assim funcionam as redes temáticas, uma parceria-modelo no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o futuro. **Acesse [www.youtube.com/canalpetrobras](http://www.youtube.com/canalpetrobras) e conheça uma série de minidocumentários sobre pessoas, meio ambiente, energia e tecnologia. Tudo ali, ao alcance de um clique.**



Ministério de  
Minas e Energia



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA



# AS UPPs DE CABRAL

Um ano e meio depois, as Unidades de Polícia Pacificadora, aposta do governo do Rio de Janeiro, não são a unanimidade que pintam os noticiários

por **Marcelo Salles** colaborou **Eduardo Sá**

**VALDECI É UM JOVEM** negro, de 27 anos, que ganha 650 reais por mês como entregador de videolocadora. Morador da Santa Marta, favela de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, Valdeci é um legítimo representante do grupo social diretamente atingido pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a principal política de segurança pública do governo Sérgio Cabral.

As UPPs são compostas por grupos de policiais recém-formados que recebem o mesmo treinamento que os demais PMs, incluindo cursos de direitos humanos e técnicas de policiamento de proximidade. Os que vão para as UPPs passam por um curso específico de po-

liciamento comunitário, com conteúdo elaborado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci) do governo federal. O número de policiais destacados para essas unidades varia, dependendo da extensão de cada favela e da logística necessária à ocupação da área. Os policiais que integram as UPPs recebem uma gratificação de 500 reais sobre o soldo – o vencimento básico de um soldado PM no Rio de Janeiro é R\$ 909,49, enquanto um cabo recebe R\$ 1.424,51.

De acordo com as autoridades estaduais, a meta é ocupar 40 favelas até 2016. Até agora, a maior parte das UPPs – 14 das 16 instaladas ou em processo final de instalação – está na chamada zona

sul sociológica, que abarca os bairros da zona sul – Leblon, Ipanema, Leme, Copacabana, Laranjeiras, Jardim Botânico, Botafogo, Flamengo e Lapa –, o início da zona norte (Tijuca e Méier) e o centro (ver mapa). As duas exceções são a Cidade de Deus e o Batan, favelas que ficam na zona oeste da cidade, região onde será construída a Vila Olímpica para os Jogos de 2016. Não há previsão de ampliação das UPPs para os demais bairros da zona norte, que concentram os segmentos da população com renda mais baixa. Segundo o Instituto Pereira Passos, ligado à Prefeitura do Rio, existem no total 968 favelas na cidade.

O objetivo das UPPs, segundo as autoridades, é recuperar territórios his-

toricamente negligenciados pelo poder público. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o que se pretende é “devolver o território, antes ocupado por bandidos, aos moradores”, e a ocupação será mantida por tempo indeterminado. A SSP afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que houve queda de criminalidade na Santa Marta e na Cidade de Deus, mas não informou os números dessa redução.

O secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, em entrevista coletiva realizada no final de abril, declarou que na Cidade de Deus, em um ano e meio, foi registrado um único homicídio. “O Rio de Janeiro, ao longo dos anos, criou microrregiões, pequenas ilhas, onde o Estado tem um poder relativo e esses lugares foram ocupados por traficantes ou milicianos. Essas pessoas é que vêm para o asfalto e barbarizam a vida do cidadão.”

Antes das UPPs, já foram tentadas outras formas de policiamento de proximidade no Rio de Janeiro, como o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae), e o Posto de Policiamento Comunitário (PPC), este último durante o segundo governo Leonel Brizola entre 1991 e 1994. O secretário de Justiça que acompanhou a implantação dos PPCs, Nilo Batista, que também foi governador do estado, avalia que esse tipo de policiamento estará sempre fadado ao fracasso. “Se existe uma atividade econômica importante na favela, ou os policiais vão

fechar os olhos ou vão ter que dialogar. Se a ideia é fazer uma ocupação permanente, a proposta é completamente autoritária”.

## 20 ABORDAGENS, 12 REPÚDIOS

Segundo a SSP, dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) apontam que 93% dos moradores de favelas ocupadas por UPPs aprovam a iniciativa. No entanto, pelo menos na Santa Marta a reportagem de *Retrato do Brasil* teve dificuldades para constatar

## Dos que falaram, alguns reclamam de abordagens policiais violentas e invasões de domicílio

tamanha aceitação. De 20 abordagens, 12 manifestaram repúdio aos policiais. “Saiu uma merda e entrou outra”, afirmou um morador. Sete pessoas recusaram-se a falar, mesmo com a garantia de que os nomes não seriam publicados. Uma única pessoa, dona de um pequeno comércio, defendeu a medida do governo. Desses, os que se dispuseram a falar mais demoradamente reclamaram, sobretudo, de abordagens policiais violentas, de invasões de domicílio e até de roubos. Um cenário muito

parecido com o que existia no morro da Providência nos meses que precederam o assassinato de três jovens durante a ocupação do Exército, em 2008.

A Santa Marta foi a primeira favela ocupada por uma UPP, em dezembro de 2008. Além do policiamento ostensivo, o governo estadual também escolheu esse lugar para iniciar a instalação de câmeras de vigilância, a construção de muros e a instalação de bondinhos. Na Santa Marta, há quatro pontos fixos da UPP: uma perua blazer logo na entrada, uma sala na Praça do Cantão, outra no pé da Escadaria e o Quartel General, que fica no topo do morro. Do lado oposto do QG, num plano inferior, há uma quadra de futebol, uma igreja evangélica e um amontoado de casas.

Na Santa Marta, com 15 mil habitantes, Valdeci, o entregador de videolocadora, alega estar sofrendo perseguição. Por não permitir que policiais entrassem em sua casa sem mandado judicial, ele diz ter sido agredido e levado à força para a delegacia. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) recebeu pelo menos seis denúncias formais de abuso policial contra pessoas físicas e outras duas contra manifestações culturais.

A situação motivou a criação da Cartilha Popular de Abordagem Policial, lançada nesta favela no dia 18 de março. O documento traz orientações sobre os direitos e os deveres do cidadão em situações de abordagem policial, e foi uma iniciativa do coletivo Visão da ►

**Bem-vindos?** Ao lado, Bope no Borel limpando o terreno para a chegada da UPP.

Abaixo, PM faz guarda na Providência no dia da inauguração no fim de abril



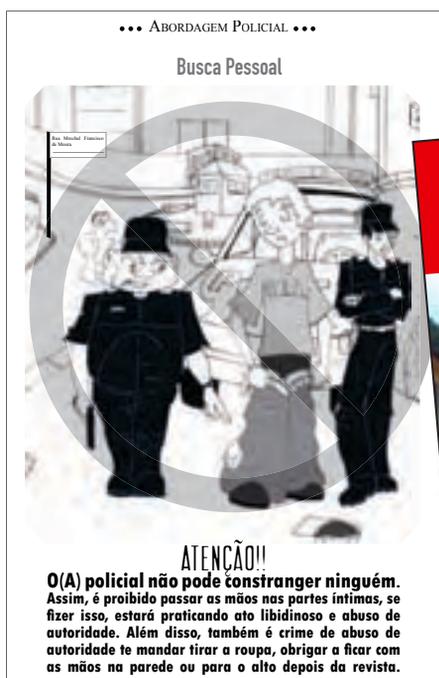
Favela Brasil, grupo coordenado pelo rapper Fiell, 30 anos. “A ideia surgiu durante os encontros da oficina de direitos humanos que promovemos por quase um ano na comunidade, em parceria com outras organizações e com a Comissão de Direitos Humanos da Alerj”, conta.

Fiell mora na Santa Marta e realiza diversos projetos culturais. Afirma que no final de março a capitã Priscila, comandante da UPP, o chamou para conversar. “Chegando lá tinha uns 15 PMs com a capitã”, lembra. O que se seguiu, conta, foi mais uma discussão sobre o volume da música nas festas que o rapper organiza às sextas-feiras. Os policiais afirmam que vizinhos reclamam do barulho, enquanto Fiell enxerga censura. “Depois disso, eles voltaram mais uma vez. Estão buscando várias formas de fazer funcionar do jeito deles, é dominação mesmo”, protesta. O secretário Beltrame vê diferente. “Temos que entender que esses lugares não viviam sobre a ordem. Quem decidia se a festa ia até às 2h ou 4h da manhã não era o Estado. A ordem eram os traficantes.”, diz.

### SEM BAILE FUNK

Na Cidade de Deus, a segunda favela ocupada, há relatos de que policiais proibem que os rapazes pintem os cabelos e que escutem funk dentro de suas próprias casas. O famoso baile da CDD – no qual iniciaram as carreiras um sem-número de MCs, como Mr. Catra, Cidinho e Doca, Tati Quebra-Barraco e Bonde do Tigrão – foi proibido logo no primeiro dia de ocupação. Um cantor e compositor, que prefere não se identificar por medo de represália, contou que um dia estava reunido com amigos numa esquina da favela. Chegou uma guarnição da polícia e perguntou o que estavam fazendo. “Compondo”, respondeu. “Então eles mandaram a gente dispersar e tomaram o CD que ouvíamos”, disse entre irritado e envergonhado pela humilhação que diz ter sofrido.

O tenente-coronel Luigi Gatto, comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela área da CDD, afirma que desconhece a proibição sobre a tinta no cabelo. Sobre a música dentro das casas, diz que a polícia atua baseada na lei do silêncio e quando algum vizinho reclama. Quanto à



O rapper Fiell, com apoio de grupos de defesa dos direitos humanos, fez uma cartilha para orientar os moradores



Reprodução

proibição dos bailes, declara: “Não conheço baile funk em comunidade que não tenha tráfico de drogas, porte ilegal de armas, corrupção de menores e apologia ao crime”, mas afirma que se o evento for realizado dentro da lei, não se opõe.

No Morro da Providência, a UPP foi instalada no final de abril e terá um contingente de aproximadamente 250 homens. A cerimônia de inauguração contou com a presença de muitas autoridades e poucos moradores. Um desses, Antônio Vieira, 45 anos, defendeu a ocupação. “Assim os garotos respeitam mais a gente. Tinha jovens até xingando pessoas mais velhas”, reclama. Por outro lado, Valdir Lima, 44 anos, afirmou que os policiais agrediram moradores para que saíssem das ruas e fossem para suas casas. “Além disso, tem morador reclamando da abordagem com arrogância, arrombando porta de morador. Eu falo mesmo, porque bem ou mal, com o tráfico ninguém estava sendo roubado no morro”, disse ele, que também acusa policiais de terem levado uma câmera filmadora de sua enteada.

O Morro da Providência é considerado a primeira favela do país, onde ex-escravos e ex-combatentes da Guerra do Paraguai foram morar. Em dezembro de 2007, seus moradores ficaram traumatizados com a ocupação pelo Exército Brasileiro. Na

época, a presidente da Associação de Moradores, Márcia Silva, denunciou os abusos cometidos pelos militares. “Estamos com nossa liberdade vigiada. Às sete horas da noite, você não vê mais ninguém na rua. As crianças estão presas dentro de casa. Só se vê fuzil 24 horas por dia. E nem todos os soldados são educados. Invadem casas sem autorização, revistam crianças, arrombam portas e jogaram gás pimenta.”, afirmou. Seis meses depois, em 2008, após uma discussão, três jovens foram sequestrados por militares e deixados numa favela vizinha com traficantes rivais, onde foram assassinados.

Hoje, com as UPPs, às denúncias de abuso de autoridade somam-se reclamações de ineficiência do poder público. A atual presidente da Associação de Moradores, Vera Lúcia Melo, que não compareceu à inauguração da unidade pacificadora, acha que antes de chegar com a polícia o governo deveria investir em melhorias na favela. “Primeiro tem que fazer o serviço social, respeitar o morador. Se você andar pela comunidade vai ver os esgotos, postes caindo na casa dos outros, o morro no escuro. Não é só a Providência, todas as comunidades estão com problema no Rio de Janeiro”, queixa-se. Beltrame rebate. “Isso não é obrigação nossa, não cobrem isso do Secretário de Segurança. Cobrem a liberdade de ir e

vir, e isso está garantido. Então agora o Estado, a Prefeitura e a União que façam a outra parte.”

### PRESSÃO DO COMITÊ OLÍMPICO

Em entrevista coletiva após a cerimônia de inauguração da UPP da Providência, o secretário assumiu que houve pressão do Comitê Olímpico Internacional para que fosse apresentada uma solução para a violência na cidade. “Nós dissemos a eles que temos problemas, sim, mas apresentamos mudanças, as unidades pacificadoras, os levamos a esses locais, e apresentamos projetos de estabelecimento de metas de redução de índice de criminalidade”, afirmou.

Há três anos, por ocasião dos Jogos Pan-Americanos, as forças policiais também foram utilizadas para “garantir a segurança” na cidade. Além das mesmas denúncias de abuso de autoridade, dezenas de pessoas terminaram mortas – incluindo bandidos executados sumariamente, conforme se constatou por perícia enviada pelo governo federal. Apenas no Complexo do Alemão, números oficiais relatam 44 mortos entre maio e junho de 2007.

O recorrente apelo do governo para

a força policial é encarada por estudiosos como uma tentativa de controle social das classes subalternizadas. A socióloga Vera Malaguti, secretária-geral do Instituto Carioca de Criminologia, chama a atenção para o nome escolhido pelo governo Cabral: “Pacificação remete a toda uma tradição militar no Brasil. Só a repressão aos cabanos matou quase 50% da população do Grão-Pará”, explica.

## A ocupação se dá após a entrada da tropa de choque e do Bope, que expulsam os traficantes varejistas

Ela afirma que o grande interesse do governo é controlar os espaços populares, onde a luta de classes encontra condições mais favoráveis para se desenvolver. “É o sonho do capitalismo.

Pegar a mão de obra e ter o controle total. Meter a vida dela no campo de concentração. Enquanto isso, liberdade para os ricos. Esses podem andar livremente e concentrar a riqueza sem correr nenhum risco porque o nível de conflito social, a luta de classes está controlada o tempo todo. O sonho é fazer isso com todas as favelas”, complementa a socióloga.

Geralmente a ocupação de uma favela por uma UPP se dá após a entrada da Tropa de Choque e do Bope, que tem como objetivo expulsar os traficantes varejistas que se dispõem a resistir. No entanto, as favelas da Tijuca foram ocupadas por UPPs no final de abril sem que a polícia precisasse nem sequer dar um tiro. O tenente-coronel Fernando Príncipe chegou a afirmar que “um escoteiro no Morro da Formiga seria mais do que suficiente” para completar a operação. Diante dessa afirmação e considerando que vans piratas, como constatou a reportagem, ainda circulam pela cidade, que boa parte do gás vendido nas favelas é de origem ilegal e que nada indica queda no consumo de drogas ilícitas, fica a pergunta: quem tomou o lugar dos traficantes? ■

### ONDE FICAM AS UPPs

A maioria das UPPs está localizada na zona sul, norte e centro (azul) e outras duas na zona oeste (vermelho)





Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, Minas Gerais  
Patrimônio da Humanidade desde 1985



## Uma história em que você é o personagem principal.

**Patrimônio. É seu. É do Brasil. É de todo o mundo.**

O Brasil é reconhecido mundialmente por seu patrimônio. É um espetáculo de cultura, história e belezas naturais aplaudido por todos. Santuário do Bom Jesus em Congonhas, samba de roda do Recôncavo Baiano, Fernando de Noronha, Brasília, Centro Histórico de Olinda, Diamantina, Ruínas de São Miguel das Missões. Esse cenário de diversidade única faz do nosso país palco da Reunião do Patrimônio Mundial da Unesco, em 2010.

Acesse [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) e conheça os nossos 19 Patrimônios da Humanidade.

**Valorize o Brasil que o mundo valoriza.  
Uma campanha do Ministério da Cultura.**



Ministério  
da Cultura





# O PAÍS ESTÁ EM TRANSE

Santos, o candidato do presidente Uribe e representante das forças mais à direita, treme diante de seu extravagante rival, Mockus, o candidato do Partido Verde (PV) e ex-prefeito de Bogotá

por Yuri Martins Fontes

Mockus vai precisar de superpoderes contra os paramilitares

**A VERTIGINOSA ASCENSÃO** do ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus, candidato do recém-fundado PV, na véspera da eleição presidencial colombiana, indica que a América do Sul caminha para um período de tensão nos próximos meses.

Filósofo e matemático, ex-reitor da Universidade Nacional da Colômbia, criança-gênio que teria aprendido a ler aos dois anos, inventor de um ideário político que chama de “cultura-cidadã”, Mockus coloca a possibilidade concreta de a extrema direita perder espaço na Colômbia.

Do ponto de vista geopolítico, a Colômbia é atualmente o foco das atenções no continente por ser o maior país sul-americano que ainda se mantém fortemente alinhado aos EUA, e, inclusive, aprofundou essa relação ao permitir a instalação de bases militares americanas em seu território, no ano passado.

Caso Mockus vença, como reagirá a extrema direita? Os grupos armados, tanto dentro quanto fora do quartel, continuam

a dispor de influência decisiva dentro do Estado e do governo colombiano, criando uma perspectiva incerta para a candidatura isolada de Mockus.

Ele não tem base nem articulação partidária: concorreu como independente nas duas vezes em que foi prefeito de Bogotá (1995-97 e 2001-04). Filiou-se apenas em 2009 ao PV, fundado em 2005, e começou a campanha devagar, ganhando densidade em abril, após ganhar a adesão de Sérgio Fajardo, ex-prefeito de Medellín (2003-07) e mais articulado politicamente do que Mockus.

Com Fajardo como vice, Mockus disparou, chegando a um ponto apenas do favorito Juan Manuel Santos, ministro da Defesa do atual presidente Álvaro Uribe. Parte dessa ascensão é compreensível. Uribe era essencial à coalizão que sustentou seu governo por oito anos, mas não conseguiu se candidatar pela terceira vez consecutiva, barrado por decisão judicial.

Para piorar, seu governo sofreu desgas-

te crescente nos últimos anos – especialmente porque as orientações políticas do continente estão mudando de uma forma que tende a isolar a Colômbia. Diversos países se afastaram, de algum modo, da influência americana, valorizando, em troca, o crescimento econômico, a ação do Estado na economia e a ideia de soberania nacional.

À medida que a pressão internacional cresceu, a coalizão uribista começou também a sofrer pressões internas. Dezenas de figuras próximas ao governo estão sendo processadas por envolvimento em assassinatos políticos. O Partido Conservador (PC) – principal base de Santos agora, e da sustentação de Uribe nos seus dois mandatos –, tem sob investigação 13 membros que participaram da eleição legislativa em março passado.

## PROCURADO PELA JUSTIÇA

Entre os suspeitos de massacres, há cinco membros do Partido Liberal (PL), origem

política de Uribe. Os liberais estão atualmente na oposição e Uribe é independente. O próprio Santos – refletindo pressões que os vizinhos exercem sobre a Colômbia – está sendo procurado pela justiça equatoriana por ter invadido o Equador perseguindo guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

O que agrava a tensão é que os conservadores mais extremados continuam muito bem articulados. Prova disso é que um dos resultados mais espetaculares das eleições legislativas, em março passado, foi a vitória de Teresita Garcia na disputa para o Senado. Ela é irmã do ex-senador Álvaro Garcia, condenado, em maio último, a nove anos de prisão por vínculo com um massacre de pequenos agricultores em 2000.

Santos enfrenta parte desse desgaste por representar o lado mais obscuro da política colombiana. Ele concorre pelo Partido Social da Unidade Nacional (Partido do U), que é uma colcha de retalhos costurada em 2006 com pedaços do PC e outros conservadores da coalizão uribista.

A grande vantagem de Santos, além da força própria da extrema direita na Colômbia, é a popularidade que, apesar de tudo, Uribe ainda mantém, com cerca de 70%

de aprovação. O partido de Santos deu uma indicação de seu potencial ao vencer as eleições legislativas. No Senado, ficou com 25 cadeiras contra 25 do PC, 18 do PL e quatro do PV.

### PARAMILITARES NO CONGRESSO

Como o crescimento de Mockus parece eleitoralmente consistente, o páreo provavelmente será muito difícil. As pesquisas indicam: embora Santos tenha vantagem de apenas um ponto no primeiro turno (há nove candidatos na disputa), ele ganharia de Mockus no segundo turno por seis pontos.

E o voto, em si, nem é o principal problema. O que realmente conta, conforme analisou corretamente a revista britânica *The Economist*, é a sua independência – a falta de uma base política consistente, que se reflete em ambiguidade em relação às questões mais tensas.

No caso dos grupos paramilitares, segundo *The Economist*, ele apoia a repressão à guerrilha, mas diz que deve ser feita “dentro da legalidade democrática”. Também não aponta como pretende fazer isso sem uma forte composição política para enfrentar o vasto poder dos grupos

paramilitares. Acredita-se que eles tenham apoio de 30% do Congresso.

Além disso, deixou aberta uma porta para conversar com a guerrilha, caso aceitem a Constituição. O que não é impossível: vários grupos políticos colombianos, inclusive a senadora Piedad Córdoba, estão articulando formas de abrir um diálogo com as Farc, algo que Uribe nunca aceitou.

Sobre a violação da fronteira equatoriana, Mockus disse ao diário espanhol *El País* que “o método foi absolutamente equivocado [...] Não foi bom, em matéria diplomática”. Perguntado se mandaria extraditar Santos, caso eleito, disse que não, porque “a Constituição não lhe dá esse poder”.

O diário espanhol foi ao ponto, porque a questão diplomática é a mais delicada, em vista do isolamento atual da Colômbia. A justiça equatoriana emitiu ordem de prisão contra Santos em plena campanha, e o presidente do Equador, Rafael Correa, declarou em seguida que ele “é um lobo disfarçado de chapeuzinho vermelho, capaz de gerar uma guerra na região, se eleito”.

A Venezuela, apesar de vários atritos, manteve o diálogo aberto com Uribe até

## URIBISMO SOFRE COM A CRISE

Dinheiro dos EUA teria maquiado o crescimento no passado, ameaçando o futuro

A popularidade do presidente Álvaro Uribe decorre em parte do sucesso de sua aliança com os EUA no combate à guerrilha – inclusive porque ela implicou na transferência de recursos financeiros importantes. Mas o dinheiro tende a ficar cada vez mais curto, diz o cientista político Luiz Antônio Gusmão, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

“Os recursos estadunidenses estarão fortemente restringidos pelas medidas domésticas de combate à crise financeira”, explica ele. Os problemas, que já vinham se agravando há algum tempo, devem aumentar, dificultando a ação do governo daqui para frente.

Em novembro de 2009, 46% dos colombianos acreditavam que o país estava piorando, e mais de dois terços disseram que o principal problema era a economia. Três quartos afirmaram que o desemprego tinha se agravado e 61% desaprovaram o governo pela alta no custo de vida.

Numa mudança da tendência até então, 57% disseram que desaprovavam totalmente a política de luta contra a pobreza. Dados recentes ajudam a explicar a mudança, sugerindo, inclusive, que o crescimento dos últimos anos teria sido maquiado pelas verbas americanas.

Houve acúmulo de malefícios que aparecem agora. O

gasto social *per capita*, por exemplo, aumentou desde 2002 – mas ainda corresponde a menos da metade da média regional, conforme analisa a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

Para o Banco Mundial, a renda per capita cresceu, mas a desigualdade também, mantendo-se como uma das maiores das Américas. Os 40% mais pobres recebem apenas 8% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 46% da riqueza. Segundo o banco, essa diferença se agravou no mandato de Uribe. E o gasto com saúde diminuiu.

A pobreza atinge 62% da população rural e a indigência aumentou, entre 2007 e 2008, em decorrência da recessão mundial. As duas instituições apontam que parte do crescimento do PIB colombiano contabiliza, de fato, transferências de dólares para o combate armado.

Também há sinais de que o desempenho econômico foi afetado pelo combate à guerrilha porque estimulou a corrupção. Nas pesquisas, mais de 60% dos entrevistados percebem que a corrupção se agravou.

E diversos analistas, recentemente, afirmam que a corrupção cresceu devido à infiltração de paramilitares em instituições-chaves do governo. Surgiram também revelações de que o governo se utilizava do aparato de segurança interna para espiar opositores políticos e jornalistas.

ele permitir que os EUA instalassem bases militares na Colômbia. No final de 2009, o presidente Hugo Chávez restringiu drasticamente o comércio bilateral, privando a Colômbia de parte importante de sua receita externa.

### **PARTIDÁRIOS DE PINOCHET**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) alertou que, tendo em vista a crise mundial, a Colômbia terá dificuldades à frente. Isso vai obrigar tanto Mockus quanto Santos a avaliar com cuidado as opções econômicas e políticas no continente. Elas não são simples.

Houve avanços importantes em relação aos problemas econômicos e sociais, e também do ponto de vista da sustentação política dos novos regimes, por exemplo na Argentina, Uruguai, Bolívia e Venezuela.

Persiste, no entanto, grande dificuldade de atacar, de forma consistente, a pobreza, o baixo nível de industrialização e as deficiências de serviços básicos, como educação e saúde.

A instabilidade política permanece, portanto. No caso mais importante, o Chile experimentou dois governos de caráter renovador, mas em seguida elegeu um ex-aliado do general Augusto Pinochet, que amarrou o país por longo tempo a um regime repressor e economicamente excludente.

### **SIMPÁTICO À DIREITA**

No Peru, que se prepara para mudar de presidente em abril do ano que vem, valem as mesmas considerações. País mais próximo dos EUA, depois da Colômbia, o Peru teve um impulso de renovação, com

a candidatura presidencial, em 2006, do ex-militar Ollanta Humala, candidato de cunho popular e nacionalista.

Humala venceu o primeiro turno, mas foi derrotado no segundo, e, por enquanto, tem apenas 13% das intenções de voto para 2011. O candidato mais forte é o prefeito de Lima, Luis Castañeda, com 22% das intenções de voto, que seria simpático à direita peruana, mas seu Partido da Solidariedade Nacional (PSN) não tem um ideário político definido. Em 2006, apoiou Lourdes Flores, do Partido Popular Cristão (PPC), terceira colocada na época.

A composição do Congresso indica um equilíbrio de forças. Castañeda e Lourdes somam 17 cadeiras no Senado (sobre um total de 120). A Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra), do presidente Alan García, tem 36 cadeiras e o Partido Nacionalista Peruano (PNP), de Humala, 22 cadeiras.

Santos: se Mockus for eleito, poderá ser pressionado a extraditá-lo

### **FUJIMORI: A FILHA DO PAI**

García não tem ainda candidato e faz mistério: “pode haver surpresa”, disse, indicando que está em busca de uma composição forte. Enquanto isso, Castañeda sofre pressão: o Congresso começou há poucas semanas a investigar 12,5 milhões de dólares que ele teria repassado a uma empresa.

García teria sido eleito em 2006 como um meio termo entre Humala e o modelo neoliberal, já muito desgastado no país. Mas acabou ampliando o Tratado de Livre Comércio (TLC), que subordina a economia peruana aos EUA. Teria perdido, com isso, o apoio da Confederação Geral de Trabalhadores, que o acusa de “continuismo”.

Uma grande fonte de tensão – similar à da Colômbia – é a força da extrema direita, representada pelos aliados do ex-presidente Alberto Fujimori – condenado a 25 anos de prisão por assassinatos políticos



e atualmente refugiado no Japão. Apesar disso, sua filha, Keiko Fujimori, está logo atrás de Castañeda, com 21% das intenções de voto.

Ainda é muito cedo para avaliar as tendências eleitorais. Humala, por exemplo, parece estar ganhando força: mantém-se em terceiro lugar desde o início da campanha e subiu um pouco nas últimas pesquisas, de 9% para 13%.

Ele vem tentando abrir espaço em duas direções. De um lado, tenta tirar votos tradicionais do PPC – que negocia uma aliança de Lourdes Flores com o antecessor de García, Alejandro Toledo. “Ambos representam a direita, à semelhança do Castañeda e de Keiko Fujimori”, declarou Humala.

Por outro lado, ele postula formar uma “união das esquerdas”. Um dos possíveis aliados é o Movimento Nova Esquerda, cujo presidente, Nílver López, declarou recentemente ter interesse em uma candidatura de consenso. Segundo ele, a escolha está entre Humala e o padre Marco Arana, representante do Movimento Terra e Liberdade.

#### ALIANÇA DE ESQUERDA

Lopez tem dúvidas sobre a união porque, em 2006, o partido de Humala descartou a aliança de esquerda. Diz que a etapa ainda é de negociação, mas que “vem chegando à época das definições”.

Para o sociólogo e jornalista peruano Luis Salas Rodríguez, o sentido dessa unidade deve ser uma “nacionalização do Estado peruano” – referência à privatização de serviços públicos.

O analista político Ever Hernandez diz que a nacionalização contribuiria para o “incremento das forças, hoje majoritárias, dos países soberanos da América do Sul, que não se ajoelham aos caprichos e abusos do grande capital”.

Ele observa que a direita lançou vários candidatos com a intenção de “dispersar a votação” e dificultar a aglutinação de votos em torno de uma candidatura única antineoliberal. O nível de dispersão eleitoral inclui uma candidatura do partido Igualdade Nacional Cristã Autônoma (INCA), que prega a discriminação dos judeus e dos chilenos.

Baseado em Tacna, na fronteira com o Chile, o partido utilizava até há pouco uma suástica como símbolo e espalhava pela internet que “os juros são uma invenção diabólica judia”. E que “o marxismo foi parido nas sinagogas”.

Diante desse quadro mais geral, a fragilidade de Mockus salta mais claramente aos olhos. *The Economist* menciona que, apesar da popularidade, ele faz pouco discurso de rua porque deriva facilmente

para especulações filosóficas meio fora da realidade.

Para manter a atenção do público, ele confia em aliados politicamente mais traquejados, como os fundadores do PV, Luis Eduardo Garzón e Enrique Peñalosa, ambos ex-prefeitos de Bogotá e ex-adversários eleitorais de Mockus quando foi prefeito.

De origem lituana, ele foi recentemente aos EUA estudar espanhol. Com imagem de honesto e bom administrador, ele tem, no entanto, hábitos extravagantes. Alguns são apenas politicamente corretos, como usar a bicicleta para ir trabalhar. Menos singelo é seu aparente impulso para pegar nos seus órgãos genitais ou mostrar as nádegas para impor-se a interlocutores hostis. Teria feito isso num auditório da Universidad Nacional, contra estudantes que o impediam de falar. ■

Mockus e o decoro: ele diz que como presidente não mostraria as nádegas





Ele sonha com a Líbia democrática e com um bloco econômico africano

# O CORONEL ESTÁ DE VOLTA

Qaddafi, presidente da Líbia há 41 anos, recupera importância como articulador dos países em desenvolvimento

por Flávio Diegues

**EXISTE ATUALMENTE**, entre os países não industrializados, uma tentativa de revitalizar e coordenar as ações de antigas organizações, especialmente o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) – 118 membros –, a Organização da Conferência Islâmica (OCI) – 56 membros –, a Liga dos Estados Árabes (LEA) – 22 membros –, o Grupo dos 77 – 130 membros – e a União Africana (UA) – 53 membros, ex-Organização da Unidade Africana.

Desmobilizadas nas últimas décadas, essas organizações estão sendo retomadas em novos termos, e, além disso, esboça-se um movimento para coordená-las entre si, com ênfase no fortalecimento das decisões tomadas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) – vista como um fórum no qual podem se

contrapor ao poder político e econômico dos países ricos.

Foi por essa via que o velho coronel Muammar Qaddafi se reencontrou com a influência diplomática, depois de longo ostracismo. Ele teve, por exemplo, papel destacado na conferência do clima em Copenhague, em setembro passado. Indicado no início de 2009 à Presidência da UA, ele convocou uma reunião, em junho, em Sirte, sua cidade natal na Líbia, com a meta de unificar as propostas climáticas africanas.

O bloqueio da proposta americana (aposentar o Protocolo de Kyoto) em Copenhague foi em parte iniciativa da comissão formada nesse encontro, sob a batuta do presidente etíope, Jean Ping. Este ano, aliás, Ping foi eleito presidente da UA, enquanto Qaddafi passou ao comando da Liga Árabe. Também participaram ativamente

do bloqueio o Grupo dos 77 e os Não Alinhados.

Outra iniciativa desses grupos foram as palmas que apoiaram o discurso do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, na abertura da rodada de revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, no início de maio passado, na ONU. Ahmadinejad disse que os EUA – e não o Irã – estimulam a disseminação das armas atômicas por ameaçar usá-las contra outros países.

O primeiro discurso da conferência, pronunciado por representante da Indonésia, apresentou, de fato, a posição comum dos Não Alinhados, que pedem a extinção de todos os arsenais mundiais dentro de um prazo a ser definido pela conferência. Numa entrevista no dia seguinte, o diplomata filipino Libran Cabactulan – também

representando os Não Alinhados – disse que essa proposta recebeu o apoio de 20 milhões de assinaturas – metade delas de japoneses.

O clima e as armas são alguns dos pontos de convergência entre os países pobres. A lista inclui também a crise financeira, as intervenções da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte – aliança militar EUA-Europa), a lentidão do desenvolvimento econômico e, talvez mais importante, a imposição de medidas unilaterais pelos países ricos.

“A mundialização e a liberalização do comércio produziram benefícios desiguais entre os Estados e dentro deles, enquanto a economia mundial se caracterizou por seu crescimento lento e assimétrico, e por sua instabilidade” – afirma o documento da última reunião dos Não Alinhados, em junho de 2009.

Os Não Alinhados foram rejuvenescidos por iniciativa de Cuba, no encontro anual de 2006, como forma de defender o princípio de soberania nacional. A conexão com as outras entidades é mais recente, mas está crescendo. Este ano, por exemplo, o Irã propôs à Líbia coordenar mais estreitamente as ações dos outros grupos com a OCI.

A China, por si só, é um elo forte dessa teia política. Ela participa dos Não Alinhados como observadora e do Grupo dos 77, que, dentro da ONU, defende as reivindicações dos países em desenvolvimento no que concerne ao acesso à tecnologia e à industrialização.

Além disso, a China (assim como o Irã e

a Rússia) tem sido uma fonte importante de investimento na África, servindo de opção aos contratos europeus e americanos, que vêm, muitas vezes, acoplados a pressões políticas e econômicas. As sanções ao Irã, a Cuba, ou à Líbia nos anos 1980 são exemplos extremos.

Em abril passado, europeus e americanos boicotaram uma feira de negócios no Zimbábue para pressionar o governo do presidente Robert Mugabe. A feira, realizada há mais de 60 anos, é um termômetro da atividade econômica no continente, e só não teria sido cancelada porque a Turquia, a Índia, o Irã, a Indonésia e a China ampliaram suas participações.

## Pretensão africana: acordo múltiplo para validar eleições e viabilizar um bloco econômico

Saif Al-Islam, filho de Qaddafi, um economista de 36 anos formado na London School of Economics, fez críticas recentes ao fato de a China não se envolver explicitamente nas demandas políticas dos países africanos. A China, porém, está aumentando os investimentos na Líbia, embora bem menos do que em outros países. O próprio Qaddafi já havia reclamado, em 2008, dizendo que a China compete com os EUA por influência na

África. Mas explicou que os americanos “são muito mais prejudiciais e hipócritas”. A China, disse ele, “não recorre a aventuras militares e a duplos critérios”.

Um aspecto-chave das novas gestões de Qaddafi, de acordo com o site All Africa, é seu interesse pela democracia. Acredita-se que estaria preparando Saif Al-Islam para sucedê-lo – e não porque, aos 67 anos, esteja velho, mas porque a Líbia quer ser reconhecida como uma democracia. O mesmo tipo de interesse teriam Egito, Argélia e Tunísia.

Esse quarteto estaria marcando eleições próximas e redigindo novas constituições – como meio de garantir as sucessões governamentais sem atentados, guerras civis ou confronto com guerrilhas e terroristas internos e externos. A chave é que não seriam projetos individuais: a ideia é montar um amplo acordo regional capaz de desarmar governos e rebeldes em vários países e com isso garantir a estabilidade política de todos os envolvidos. Qaddafi parece ter costurado esse processo pretensioso especialmente com o Egito, a Etiópia e a Nigéria.

A médio prazo, a pacificação alcançaria países mais conflagrados: Níger, Chade, Sudão, Uganda, Eritreia, Somália e Iêmen. É mesmo possível que essas conversas já tenham influenciado na reeleição, em abril, do presidente sudanês Omar Al-Bashir – condenado por crime de guerra contra rebeldes na região sudanesa de Darfur. Grande número de países em desenvolvimento achou injusta a decisão da Corte Criminal Internacional, em Roma – e apoia Bashir.

Antes de postular a presidência da UA, o presidente líbio teria se encontrado com o ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo, um dos líderes das guerras de libertação colonial, no passado, e uma das “vozes fortes” da África, ainda hoje.

A Nigéria é o país mais populoso da África, com 150 milhões de habitantes, e o segundo com maiores reservas de petróleo, depois da Líbia. Embora faça eleições desde os anos 1990 e lidere um próspero bloco econômico de quinze países da África Ocidental, não consegue se livrar dos grupos armados e da ameaça de secessão.

É possível que Qaddafi e Obasanjo tenham se acertado na busca por estabilidade política para, depois, tentarem consolidar uma zona econômica comum com força suficiente para competir no mundo globalizado. Ou, como pretendem as organizações dos pobres, numa globalização democrática. ■

### Terra de ninguém

Busca-se uma equação para desarmar governos e rebeldes





**REALIZADAS A CADA** cinco anos na sede das Nações Unidas, em Nova York, as rodadas de revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) têm meios escassos para fazer valer suas decisões. O encontro deste ano, iniciado no último dia 3 de maio, oitavo da série, foi preparado com esmero pelo presidente americano Barack Obama, num esforço para relegitimar o papel dos EUA.

O retrospecto não era positivo. Em 2005, o ex-presidente George W. Bush tinha sabotado a revisão para não se submeter a um fórum amplo de países. O que não surpreende, tendo em vista que ele se dava o direito de usar “qualquer tipo de arma”, inclusive por meio de “ataques preventivos”, contra qualquer país que seu governo considerasse uma ameaça nuclear.

Além disso, Bush havia agravado a antiga exceção aberta à Índia, cujas bom-

## Derrotas de Bush e agenda ambígua de Obama enfraquecem os EUA

por Antônio Martins

# DONOS DA BOMBA PERDEM PODER

bas os americanos aceitam, desde os anos 1960, para conter a China. Em 2006, Bush forneceu tecnologia e urânio militar aos indianos.

Para tentar reverter esse desgaste, Obama foi a Praga, em abril do ano passado, prometer “um mundo livre de armas nucleares”. Um ano depois, assinou com o presidente russo, Dimitry Medvedev, um acordo para reduzir em 30% o número de ogivas atômicas de cada país. Ao mesmo tempo, eliminou a decisão de atacar qualquer país: manteve apenas Irã e Coreia do Norte na mira.

Enfim, ainda em abril deste ano, patrocinou a Cúpula da Segurança Nuclear, para a qual selecionou 50 países. Foi um evento de relações públicas, aparentemente em busca de apoio para ampliar as sanções contra o programa nuclear do Irã. China e Rússia, membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), vetaram as sanções que, no entanto, poderiam ser obtidas por



maioria de nove dos quinze membros do Conselho.

Um problema é que Brasil, Turquia e Líbano, membros não efetivos, sem direito a veto, passaram recentemente a trabalhar ativamente em favor de uma saída negociada para a crise iraniana, em vez de punição.

A médio e longo prazo, os EUA têm duas metas. Uma é aprovar o Protocolo Adicional ao TNP, redigido em 1997, que permitiria a inspeção dos países signatários sem aviso prévio. Até agora 88 nações o firmaram. O Brasil, por exemplo, não assinou. Diversos países suspeitam que o objetivo real do adendo é fazer espionagem industrial. Os EUA alegam que ele é necessário para evitar o vazamento de explosivo nuclear para redes terroristas.

A segunda meta é restringir o acesso a tecnologias e instalações industriais para enriquecer urânio. O TNP permite o enriquecimento, que é a base de toda a indústria nuclear. Sem dar detalhes, os EUA sugerem trocar esse direito por um banco internacional de urânio, que forneceria o minério aos países interessados. Só uma dezena de países, entre eles o Brasil, detém, em graus variados, a tecnologia de enriquecimento.

As metas de curto prazo sofreram baques já no início da rodada de revisão. Único chefe de Estado presente, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, afirmou, na sessão de abertura, que seu país manterá o desenvolvimento de tecnologias nucleares, mesmo sob sanção. Como sempre, disse que o Irã “não precisa de armas nucleares”, lembrou que não há “uma única prova” de que as esteja produzindo e afirmou que detê-las “não é motivo de orgulho, mas de vergonha”.

Outra dificuldade para os EUA vem da Coalizão para Nova Agenda, formada por África do Sul, Brasil, Egito, Indonésia, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia. Esse grupo voltou a acenar com a proposta de eliminar as armas atômicas do Oriente Médio – aprovada por ampla maioria na revisão de 1995. A ideia, que ainda não saiu do papel, voltou a ser discutida intensamente. Coloca os EUA na defensiva porque requer a destruição das bombas que Israel, segundo convicção quase mundial, teria.

Parece ainda mais inviável a tentativa de restringir o acesso às tecnologias nucleares. Vários países rejeitaram a proposta. Dias antes do início da rodada, o ministro dos Negócios Estratégicos brasileiro, Samuel Pinheiro Guimarães, defendeu em um

## ACORDO DESIGUAL

Alguns poucos países podem ter armas atômicas. A grande maioria, não

Embora tenha sido uma resposta a pressões populares e democráticas contra a bomba atômica, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares preservou, com alguns cortes, os arsenais existentes em 1970, quando entrou em vigor. Além disso, dividiu o mundo em duas metades: seus dois primeiros artigos, de um total de onze, definem uma hierarquia entre Estados com armas nucleares e os demais. A partir dessa distinção, estabelecem-se três objetivos essenciais: 1) não proliferação militar; 2) desarmamento; 3) direito ao uso pacífico da energia atômica.

Por não proliferação, entende-se que os então detentores de bombas – EUA, União Soviética (hoje Rússia), Reino Unido, França e China – não transfeririam armas nucleares a nenhuma outra nação, nem encorajariam o seu desenvolvimento. O restante dos países renunciaria à militarização atômica.

Estabelecido com clareza no artigo VI, o desarmamento tornou-se um princípio vago, jamais realizado. A cada corte no arsenal, novas armas surgiram. Nenhum dispositivo proíbe os detentores oficiais de armas atômicas de continuar a desenvolvê-las.

Além dos cinco países nucleares oficiais, pelo menos quatro outras nações, não signatárias do TNP, desenvolveram e mantêm armas atômicas: Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel. A partir de 1998, formou-se a Coalizão Nova Agenda, reunindo África do Sul, Brasil, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia, que propôs treze passos para o desarmamento. Aprovado na rodada de revisão do tratado, em 2000 – por 154 votos a favor, apenas oito contra e três abstenções –, o texto continua ignorado.

artigo a não assinatura do Protocolo Adicional. O artigo argumenta que a energia atômica terá uso cada vez maior, especialmente para substituir fontes que aquecem a atmosfera.

Guimarães vê aí uma boa oportunidade para o Brasil, que tem grandes reservas de

## Amorim: TNP é injusto por dividir o mundo entre os que têm e os que não têm armas

urânio e tecnologia de enriquecimento. E a perderia se aderisse ao adendo. Posição semelhante foi defendida, em Nova York, pelo chanceler Celso Amorim. Para ele, o TNP é um acordo “intrinsecamente injusto, que divide o mundo entre os ‘que têm’ e os ‘que não têm’ armas nucleares”.

Amorim lembrou a longa resistência dos países que têm bombas atômicas a iniciar a redução do arsenal e defendeu sua “elimi-

nação total e irreversível” por meio de “um cronograma preciso e realista”. E frisou que “não se deve negar o direito a atividades nucleares pacíficas a nenhum país”.

Grande número de estudos recentes questionam tanto a sinceridade do discurso antinuclear de Obama, quanto a efetividade das medidas anunciadas por ele. Os EUA estão diminuindo o arsenal, mas aumentando os gastos com armas, diz, por exemplo, um artigo de Greg Mello, diretor da ONG Los Alamos Study Group, no site *Foreign Policy in Focus*.

Em fevereiro passado, a Casa Branca propôs aumentar em 10% os gastos com armas nucleares. O dinheiro, diz Mello, será usado em bombas e foguetes mais eficazes. O míssil do projeto Prompt Global Strike, em desenvolvimento, por exemplo, poderá atingir qualquer ponto do planeta em menos de uma hora.

Joseph Gerson, outro ativista antinuclear histórico, questionou a relevância do acordo entre EUA e Rússia. Seu texto, no site *Truthout*, frisa que, mesmo após o corte de 30%, os dois países continuarão com mais de 90% das ogivas atômicas do planeta. Em 2017, cada um deles ainda poderá provocar 60 mil explosões com potência igual à de Hiroshima. ■

# A CIÊNCIA BÊBADA

A estatística das prévias eleitorais, dos prognósticos médicos e dos mercados financeiros muitas vezes beira a charlatanismo

por Flávio de Carvalho Serpa

**QUANDO NÃO ESTÃO** se saindo bem nas prévias eleitorais, os candidatos costumam desdenhá-las lembrando a famosa frase atribuída ao escritor americano Mark Twain (1835-1910). “Existem três tipos de mentiras: as mentiras, as malditas mentiras e as estatísticas”. Para cada exemplo de sucesso nas previsões, existem dezenas de outras convenientemente varridas para debaixo do tapete. Nem mesmo a ressalva moderna das margens de erro, usualmente em 3% dos valores nas prévias eleitorais, desfaz a suspeita quase natural de que alguma trapaça está em andamento.

Atualmente, as pessoas encaram as probabilidades, na pior das hipóteses, como tentativa de trapaça. Mas, no século XVII, quando pela primeira vez a coleta de dados estatísticos de natalidade, mortes, crimes, doenças e de outros eventos sociais produziu tabelas consistentes, uma acesa polêmica foi aberta por filósofos, sociólogos e religiosos. Ter tabelas detalhadas de

eventos sociais é uma coisa, mas usá-las para fazer adivinhações sobre o futuro com base na probabilidade é outra. Astrólogos podiam, até com apoio dos reis, arriscar previsões regidas pelos astros, mas quando cientistas mastigavam estatísticas para prever o futuro, muita gente achou que isso era uma heresia que violava o livre-arbítrio concedido por Deus à humanidade. Que tipo de Deus era esse que prometia a salvação para os homens de bem, mas ao mesmo tempo ceifava vidas com metódica regularidade a cada ano?

Quando essa regularidade nos números anuais para mortes, suicídios e crimes em geral ficou clara, a sociologia alcançou um novo patamar de debates. O primeiro grande estatístico, Adolphe Quetelet (1796 –1874), sugeriu que a criminalidade não era um desvio pessoal da moral religiosa, mas sim um fardo social que, a cada ano, cobrava cotas de delinquência, inexoravelmente. Ou seja, pela primeira vez surgiu a ideia de que a sociedade gerava taxas

quase fixas de vários tipos de delinquências, sorteadas mais ou menos ao acaso entre os cidadãos. Claro que os pobres eram vítimas de dados viciados com mais frequência para preencher as cotas de crimes e desgraças fixadas pela natureza.

## **ACASO DETERMINANTE**

No século XVII, portanto, emergiu a ideia de que a sociedade tinha também leis ocultas, na esteira do sucesso da física newtoniana, cujas regras matemáticas rigorosas podiam prever até as órbitas dos planetas. Esse tipo de determinismo acabou naufragando completamente. Os cientistas jogaram então todas as fichas na estatística e na probabilidade, conformados em adivinhações com margem de erros. Reabilitaram o conhecimento empírico dos grandes apostadores e jogadores: as leis que regiam as jogatinas eram as mesmas do funcionamento social.

Ao contrário do que se imagina, seres humanos, pressionados pelo



desconhecido, são muito inábeis para tomar decisões. “A mente humana foi construída para identificar uma causa definida para cada acontecimento, podendo ter bastante dificuldade em aceitar a influência de fatores aleatórios”, escreve Leonard Mlodinow, autor do ótimo livro *O Andar do Bêbado – Como, o acaso determina nossas vidas* (261 páginas, editora Zahar). Mlodinow, um físico estatístico que já escreveu um livro com o físico Stephen Hawking, além de episódios de *Jornadas nas Estrelas* e da série *MacGyver*, é dono de um estilo claro e divertido e, além disso, produziu uma obra didática fundamental para o cidadão comum entender o papel do acaso na vida – que não é pequeno, mas sim determinante.

Não por acaso, a obra faz parte de uma ótima safra de livros sobre probabilidades, uma vez que a complexidade do mundo moderno parece estar acirrando o aparecimento de eventos que antes poderiam ser considerados incomuns. Outra publicação é *Uma*

*senhora toma chá*, de David Salsburg (286 páginas, Editora Zahar), que promete explicar “como a estatística revolucionou a ciência do século XX”. É uma leitura maçante e complicada, recomendável apenas para aficionados. Finalmente, o polêmico *A lógica do cisne negro – O impacto do altamente improvável* (459 páginas, Editora BestSeller), de Nassim Nicholas Taleb, que ganhou o status de obra visionária por antever o mecanismo do colapso financeiro mundial de 2008. Nunca é demais lembrar *Lance de dados* (332 páginas, Editora Record), do paleontólogo Stephen Jay Gould, essencial para entender o papel do acaso na evolução e na interpretação das probabilidades que afetam a vida.

### **CÉREBRO BRIGUENTO**

O traço comum das obras é a metáfora do “andar do bêbado”. A estatística e a probabilidade desse trivial evento, no qual o cidadão borracho caminha na saída do bar numa rota com trombadas nas paredes e tombos no

meio fio, acaba tendo uma formulação matemática que acaba valendo para quase tudo, desde quebra de recordes esportivos até o sobe e desce da bolsa de valores.

A parede na qual o bêbado ricocheteia é uma perfeita metáfora para os obstáculos naturais que os seres vivos encontram. No caso das tentativas de quebra de recordes, representa as limitações físicas do corpo humano. Oposto à parede, há, metaforicamente, um espaço livre para a natureza realizar experiências de aumento da complexidade – que nunca devem ser confundidas com progresso, como adverte Jay Gould.

Desde 1930, já se sabia por testes psicológicos que humanos erram muito nas decisões nas quais nem todos os fatores são conhecidos. Sabe-se que os dois hemisférios do cérebro brigam ao tomar uma decisão. O lado direito tenta uma decisão apostando nas situações mais comuns da experiência, e o esquerdo uma mais analítica. Quando ►

as informações são precárias, vence o lado emocional, os preconceitos e o peso de experiências anteriores. O cérebro humano não sabe lidar com o acaso – acha que tudo tem uma causa.

Até mesmo quando se ensaia uma análise probabilística, os erros crassos são muito comuns. Definitivamente, a análise de probabilidades não é coisa para amadores. Por exemplo, um médico sem noção da realidade testa por conta própria em pacientes uma substância supostamente curativa. Aplica a poção em quatro pacientes e constata que apenas três melhoraram. Uma taxa de sucesso de 75%. Ótimo? Não, péssimo.

Uma amostragem de apenas quatro casos não é suficiente para abolir o acaso. É o mesmo que jogar quatro moedas e obter três caras ao acaso. Não é nada incomum. Por isso os órgãos governamentais exigem amostragens imensas de testes antes de aprovar uma medicação nova, suficiente para deixar claro que o resultado não se deve ao acaso. Além disso, os testes exigem que igual número de pacientes receba doses de placebo, para controlar o acaso. Se o grupo placebo der os mesmos resultados, a substância testada não é efetiva.

### COMO UM SINO

Pesquisas feitas nos EUA e na Alemanha mostram que os médicos são ruins para avaliar as probabilidades dos prognósticos. Foi feita a seguinte pergunta para os médicos desses países: “Qual a probabilidade de uma mulher com um mamograma positivo para câncer de seios ter realmente a doença, mesmo que estivesse num grupo de risco baixo (40 a 50 anos, sem sintomas nem histórico familiar)?”

O resultado é que a maioria dos médicos achou que a probabilidade de confirmação da doença seria alta. Entre os médicos americanos, a estimativa média foi de 75% de chance de o exame positivo ser confirmado. O cálculo certo é de apenas 9%.

No caso das pesquisas eleitorais, além do tamanho da amostragem, ela deve também ser semelhante ao universo total da população. Deve representar o padrão de distribuição de renda, a religião, a cor, a regionalidade, a educação, além de outros dados que caracterizem o total dos eleitores.

A principal equação matemática do

cálculo de probabilidades tem a forma gráfica de um sino e é chamada também de curva normal ou gaussiana. Trata-se de uma espécie de gabarito matemático para fazer previsões baseadas numa espécie de média sofisticada dos dados conhecidos. Não é a média mais comum, aquela na qual simplesmente se divide a soma dos valores pelo número de eventos.

Para algumas aplicações mais bem comportadas os resultados são espetaculares. Por exemplo, a estatura média do brasileiro é de 1,69 metro. Quanto mais altos ou baixos, mais raros vão ficando na contagem. O interessante da curva normal é que ela é simétrica: a quantidade de pessoas que medem acima de 1,9 metro é igual à quantidade de pessoas com menos de 1,5 metro.

O feito histórico de Quetelet foi comparar a tabela nacional de altura dos franceses, segundo o censo, com a tabela dos convocados para o serviço militar obrigatório. Ele descobriu uma

## Nossos cérebros são avessos às regras das probabilidades, como mostram os livros de Mlodinow, Salsburg e Jay Gould

discrepância: a amostragem do exército tinha, na média, mais gente abaixo da altura de dispensa, sinal de que muita gente mentia ou fraudava o exame de admissão ao serviço militar obrigatório. É o mesmo teste que se usa hoje para delatar fraudes: se um agente do INSS aprova uma taxa muito maior do que a média de benefícios, é sinal de que merece investigação.

Os livros de Mlodinow, Salsburg e Jay Gould exploram todo o universo das coisas enquadradas nas leis baseadas nas gaussianas, e, quase tudo, na maior parte do tempo da nossa vida cotidiana, obedece às gaussianas. Mas nossos cérebros são avessos às regras das probabilidades, como mostram esses livros.

Na vã tentativa de tentar achar causas para tudo, sem levar em conta a possibilidade do acaso, criamos as-

sociações fantasmas. O exemplo mais crasso, por exemplo, é o do atleta que usa as mesmas meias ou roupas do dia de alguma performance recordista. Até mesmo pessoas mais cultas seguem instintivamente (e inconscientemente) associações que têm correlação, mas não relação de causa e efeito.

### A ESTATÍSTICA QUE INOCENTA

E são tantos os dados que podem ser colhidos, que eventualmente o uso deles, mesmo com todo rigor, podem levar a erros grosseiros. O exemplo mais dramático destacado por Mlodinow é o das estatísticas usadas pelo advogado do astro do futebol americano O. J. Simpson, que ajudaram no veredicto de inocência na acusação de assassinato da mulher. O advogado alegou que 4 milhões de mulheres são espancadas pelos maridos – e ficou provado que o astro fazia isso com regularidade –, mas que apenas 2,5 mil acabam assassinadas. Significa que a probabilidade de Simpson matar a mulher é de apenas uma em 2,5 mil, ou 0,0004%, o que impressionou o júri, que acabou inocentando o jogador. Mas, observa Mlodinow, uma vez que a mulher estava morta, outra estatística deveria ser usada: de todas as mulheres frequentemente espancadas e que foram mortas, 90% dos casos é o marido ou companheiro o autor do crime. A promotora, despreparada, nunca soube dessa estatística, que poderia ter mudado o resultado do julgamento. Mlodinow foi o primeiro a revelar o raciocínio no seu livro.

O ponto de vista de *A lógica do cisne negro – O impacto do altamente improvável* vai na contramão dos livros anteriores. Enquanto nas obras precedentes a distribuição gaussiana reina como lei suprema, Nassim Taleb dedica todo seu fôlego e 42 páginas finais só de bibliografia (quase 700 citações de outros autores) à demolição da gaussiana e da ideia de normalidade em estatística e probabilidade. “É uma grande fraude intelectual”, dispara. Libanês naturalizado americano, Taleb ficou famoso porque seu livro já antecipava, em 2007, o colapso financeiro que viria um ano depois. Outra credencial importante é que Taleb ficou rico quando operava em Wall Street, explorando justamente a possibilidade de eventos inesperados. Muito rico, a ponto de agora se dedicar apenas a filosofar e dar aulas na Univer-

cidade de Massachusetts. Conferencista e consultor provocador, ele faz enorme sucesso entre os militares com suas visões apocalípticas de eventos impensáveis, como o atentado às torres gêmeas de Nova York.

Taleb divide o universo em dois mundos. O primeiro, que ele chama de Mediocristão, é regido pela gaussiana e os eventos são bem comportados. Já o segundo, o Extremistão, regido por estatísticas e probabilidades radicalmente diferentes. Na maior parte do tempo, vivemos no mundo morno do Mediocristão, mas, de tempos em tempos, as leis do Extremistão assolam a existência com eventos desastrosos ou mudanças radicais. Ele aponta como exemplos de coisas do Extremistão o ataque às torres gêmeas de Nova York, o surgimento da internet, do Google e toda sorte de coisas inimagináveis até elas ocorrerem.

## A HISTÓRIA DÁ SALTOS

A tese é de que a história é monótona, com avanços incrementais irrisórios nos períodos de normalidade gaussiana, mas que exhibe toda a mudança revolucionária quando o Extremistão toma as rédeas dos eventos. “A história não se arrasta, ela dá saltos”, pontua. O título do livro vem do fato de todos os cisnes terem sido brancos para a lógica clássica ocidental até o dia em que a civilização foi surpreendida com a existência de cisnes negros na então remota Austrália, descoberta somente em 1697.

Esse tipo de abordagem é também o foco de *Ponto de virada* (Editora Sextante, 288 páginas), de Malcom Gladwell, com a vantagem de o texto ser de leitura muito agradável. O “ponto de virada” ocorre quando algum tipo de fenômeno surge como um raio no céu azul, mas depois de acontecido é possível traçar sua origem, que quase sempre fica obscurecida pelas tendências convencionais.

Para alguns tipos de dados, concorda Taleb, as previsões gaussianas funcionam perfeitamente. No caso do peso das pessoas, por exemplo, adicionar mais um obeso a uma amostragem de mil pessoas não vai alterar a média. Mas quando se trata de variáveis financeiras, por exemplo, tudo pode dar errado. Tomando uma amostragem de mil pessoas comuns e adicionando

a riqueza de Bill Gates, tudo vai ficar desequilibrado. A média da riqueza vai subir tremendamente, mas ela vai ser falsa, pois quase toda grana vai estar concentrada apenas nos bolsos e na conta bancária de Gates.

Estatísticas empíricas mostram que as finanças são mais atingidas pelo acaso do que o previsto. Na maior parte do tempo, as probabilidades gaussianas funcionam, mas eventos na chamada cauda longa da curva às vezes dão uma boa lambada, que acaba impactando mais do que todo o período de marasmo normal.

O matemático Benoit Mandelbrot, inventor da famosa teoria das fractais e inspirador de Taleb, calculou que se o índice Dow Jones do mercado financeiro seguisse uma distribuição gaussiana, ele deveria ter se movido mais do que 3,4% em apenas 58 dias entre 1919 e 2003. Na verdade, ele se moveu 1.001 vezes. Deveria ter se movido mais de 7% somente uma vez em 300 mil anos se fosse regido pela curva normal ou gaussiana. Na verdade, isso aconteceu 48 vezes no século XX.

Infelizmente, Taleb não tem muitos conselhos para a vida prática das pessoas que vivem no Mediocristão, e mesmo sobre o mercado financeiro. Ele recomenda a receita tradicional de investir muito em coisas conservadoras e reservar uma pequena parcela para as coisas arriscadas, que podem dar um altíssimo retorno. ■



# MEIO SÉCULO DE MÚSICA

Aos 69 anos, Roberto Carlos agrada a velha guarda e ainda conquista novos ouvidos, influenciados pela irreverência da juventude do Rei

por Gabriel Vituri



**DEBRUÇADAS SOBRE** uma bancada, duas senhoras dançam, gritam e mandam beijos para uma tela plana no andar térreo da OCA, no parque Ibirapuera, zona sul de São Paulo. Mais ou menos exaltados, o objetivo de todos os visitantes é parecido: ficar ‘cara a cara’ com o ídolo, sensação proporcionada pela mostra em homenagem à carreira de Roberto Carlos Braga, nascido em Cachoeiro de Itapemirim (ES) em abril de 1941.

No pavilhão de exposições desenhado por Oscar Niemeyer, discos de ouro, violões, imagens sacras, jaquetas e carros dividem a atenção dos visitantes, que correm de um lado para o outro completando jogos de palavras, assistindo a pequenos documentários e pensando ser mais um amigo de fé e irmão camarada. O organizador do evento é Marcello Dantas, idealizador de outras exposições interativas dentro e fora do Brasil (leia entrevista nesta edição). “Ou você utiliza novas linguagens, ou vai fazer um museu que nasce velho”, diz ele.

Longe dos museus, mais referências. “A simplicidade com que o Rei fala de música, de amor acaba atraindo todo mundo”, diz Chiquinho Siqueira, tecladista da banda pernambucana Del Rey, que se dedica aos sucessos do cantor e de seu maior parceiro, Erasmo Carlos. Formado há sete anos, o grupo nasceu sem a pretensão de se tornar um fenômeno, como é considerado hoje em dia. “É uma homenagem. A gente viaja, se diverte e testa novas ideias”, explica. O que chama a atenção, e revela a potencialidade musical do homenageado, é que a Del Rey é formada por integrantes da Mombojó, banda proeminente no

criativo cenário do rock contemporâneo pernambucano.

Essa diversidade em torno da figura de Roberto Carlos ilustra um aspecto comum: ele consegue, há mais de 50 anos, agradar diferentes ouvintes, em épocas e contextos distintos. O historiador Paulo Cesar de Araújo afirma que, dentre muitos fatores que contribuem para o sucesso do artista, “o essencial é que ele conseguiu fazer canções que atingem a



sensibilidade do culto, do inculto, do rico e do pobre”.

Paulo Cesar, que também é jornalista, é o autor de *Roberto Carlos em Detalhes*, uma biografia não autorizada, lançada em 2006 e censurada na justiça pouco tempo depois. O embate judicial entre biografado e escritor retirou milhares de exemplares das prateleiras de livrarias, mas não desperdiçou os mais de 15 anos de pesquisa, já que o livro circula livremente na internet.

Na infância, Roberto passava boa parte do tempo escutando rádio, que ia do erudito ao popular àquela época. “Muito

da sensibilidade musical dele foi desenvolvida aí”, explica Paulo Cesar. Diretamente influenciado pelo canto moderno de João Gilberto, o Rei sempre construiu canções simples, mas suficientemente benfeitas para soarem modernas após décadas do seu lançamento.

Para o historiador, Roberto Carlos atingiu seu auge entre 1965 e 1971, o tempo dos grandes discos e clássicos. Nessa época, os ídolos brasileiros tentavam, na medida do possível, evitar a influência estrangeira. Irreverente, ele conseguiu quebrar essa hegemonia, causando insatisfação entre os mais conservadores.

## DIPLOMACIA

Mais tarde, alguns “dissidentes” (como Caetano e Gil) também resolveram incorporar o uso dos instrumentos elétricos na receita de sua “geleia geral”. “O tropicalismo tal qual conhecemos não teria promovido tantas mudanças sem a influência do Rei”, defende o biógrafo. Antes da Tropicália, Roberto e Erasmo já utilizavam o órgão elétrico e guitarras levemente distorcidas em suas gravações, como é o caso em “A história de um homem mau” (versão da canção “Ol’ Man Mose”, de Louis Armstrong) e em “Os sete cabeludos”, ambas no disco *Roberto Carlos canta para a juventude*, lançado em 1965.

Jean-Luc Godard, foi censurado no Brasil por mostrar uma Virgem Maria moderna, que aparece nua, trabalha como frentista e tem namorado. Roberto, alinhado ao pensamento católico, defendeu a decisão e irritou artistas e intelectuais, como Caetano, que se manifestou publicamente contra.

“Ele não arranja brigas, não fala mal de ninguém e não critica quem está começando”, diz Paulo Cesar de Araújo sobre a “política de boa vizinhança” que o músico adota. Exemplo disso foi a relação com Tim Maia que, segundo o historiador, guardava mágoas de Roberto.

A tensão começou quando ainda eram garotos, na zona norte do Rio de Janeiro. Após o término da primeira e única apresentação dos Sputniks na televisão, composto por Roberto, Erasmo e Tião Marmiteiro (como Tim Maia era chamado), Roberto tocou alguns rocks de sucesso em particular para o produtor do programa, Carlos Imperial. Sem pensar, Imperial escalou o Rei para a próxima gravação, apresentando-o como o Elvis Presley brasileiro, sem a companhia dos colegas de banda. Tião, sentindo-se traído, xingou e esbravejou, encerrando ali a curta trajetória dos Sputniks.

Ainda que tenha crescido a partir da década de 1990, a religiosidade do Rei sempre foi muito significativa em sua carreira. Filho

cristão. No entanto, passou a ser atacado pela crítica, que o taxava de careta e panfletário, segundo conta Paulo Cesar em *Roberto Carlos em Detalhes*.

## RELIGIÃO E TERAPIA

Em 1993, Roberto e Maria Rita se casam, ao que é atribuído o aumento das menções religiosas em discos e shows. A influência da esposa, católica fervorosa e membro da Renovação Carismática Católica, aumentou a devoção do artista e o aproximou ainda mais deste público. Décadas mais tarde, em 1997, o cantor receberia (sempre junto da esposa) o papa João Paulo II e cantaria para uma multidão de fiéis durante a missa realizada no aterro do Flamengo, no Rio. Dois anos depois, porém, um câncer vitimou Maria Rita, deixando o Rei desnordeado. Como consequência, pela primeira vez, ele não apresentou o especial de Natal da Rede Globo, como fazia desde 1974. No ano seguinte, o artista voltou parcialmente recuperado e retomou a tradição, mantida até hoje.

Além de suas crenças, Roberto é considerado um adepto das superstições, ainda que não concorde com essa afirmação. A aversão à cor marrom e a paixão pelo azul, o receio de pronunciar palavras com carga negativa e o valor que dá aos números são só algumas de suas manias, em certa medida, influenciadas pelo transtorno obsessivo



DETALHES: Abraçado por Wanderlêa no palco da TV Record (1968); com o papa na missa celebrada no Aterro do Flamengo (1997); Caetano Veloso e o Rei no show dos 50 anos da Bossa Nova (2008); na recente mostra em sua homenagem no Ibirapuera (2010)

Ao longo dos anos, as relações de Roberto com Caetano Veloso variaram. No período do exílio, “Debaixo dos caracóis”, composta pelo Rei para o compositor baiano, não chegava a ser uma alegoria oposicionista como “Apesar de você”, de Chico Buarque, mas lembrava a divisão do País. Retomada a democracia, eles se afastariam nos anos 1980, quando Roberto entrou em um romantismo desenfreado. Entretanto, foi a divergência não musical que os opôs. Em 1986, o filme *Je vous salue, Marie*, de

de mãe católica e pai espírita, Roberto só foi batizado aos 23 anos, quando já era um artista em evidência.

Mesmo assim, os tempos em que mandava tudo para o inferno não eram tão bem vistos pela comunidade católica, e as relações com líderes como Chico Xavier reforçavam sua impopularidade. O cenário mudou na década de 1970, após gravar canções como “Jesus Cristo” e “A montanha”, com letras explicitamente religiosas, ganhando a simpatia da comunidade

compulsivo (TOC) que desenvolveu, o qual parece ter controlado com terapia comportamental.

“Roberto Carlos agora não tem futuro, passado ou presente. Ele construiu uma carreira tão estável que não precisa fazer muito mais”. É assim que Paulo Cesar define os próximos passos do artista, com apresentações especiais e regravações dos seus grandes clássicos, consagrados pela ousadia que um dia mostrou à música popular brasileira. ■

# ELE FAZ MUSEUS

Marcello Dantas não dá autógrafa, não é parado na rua para tirar fotos e não precisa andar com seguranças, mas em 2009 foi "visitado" por mais de 2 milhões de pessoas apenas em São Paulo. Designer de museus e exposições, ele é responsável pela concepção de museus como o da Língua Portuguesa, sucesso de público e crítica na capital paulista (e que, só no ano passado, recebeu a visita de 40 estádios do Morumbi lotados, ou quase a população inteira do Uruguai). Entre os mais de cem projetos que já realizou estão, também, duas das exposições mais comentadas que a OCA, no parque Ibirapuera, recebeu nos últimos anos: sobre a bossa nova, em 2008, e sobre o cantor e compositor Roberto Carlos, encerrada no mês passado (perfil na página 46). Esse artista carioca radicado em São Paulo está envolvido atualmente em 25 projetos, em lugares como Xangai, Bogotá, Nova York e Belo Horizonte. Marcello passa mais da metade dos dias do ano fora de casa, mas não reclama. Trabalho são também as viagens que, para ele, servem como fonte de inspiração, tanto quanto cozinhar para os amigos ou brincar com as filhas.

por *Ricardo Viel* foto *Paula Sacchetta*



Retrato do Brasil - Qual a sua trajetória de vida até se tornar um produtor de museus?

**Marcello Dantas** – Sou carioca, morei em Brasília, e atualmente fico em São Paulo. Quando terminei a escola, fui estudar diplomacia. Em um dado momento, entendi que jamais poderia fazer isso na vida. Sempre me interessei pela linguagem. Sabia que meu negócio era esse: visual, teatral, algo assim [Marcello se formou em cinema e televisão pela New York University]. Aos poucos, fui descobrindo possibilidades técnicas e inventando formas de aplicá-las. Entrei nessa história quando a tecnologia era inacessível, cara e pouco funcional.

RB - Antigamente, nos museus havia a regra de que não é permitido tocar, mas somente observar. Isso mudou?

**MD** – Agora é justamente o contrário: “Por favor, toque.” Isso de não tocar está muito associado ao colecionismo, uma atitude acadêmica de resolver tudo com os olhos. Não acredito nisso. Todos os elementos do sentido me dizem muito. Não se tinha a noção do que o museu poderia ser. Imersivo, educativo, inspirador. O museu, durante muitos anos, por uma falta de percepção, virou um depositário, um armário, um lugar para guardar coisas velhas. Quando, na verdade, o nome “museu” vem de templo de musas, ou seja, lugar onde a gente ora para nossas musas nos inspirar. Não acho que os museus clássicos, como o Louvre, o Prado, vão deixar de existir. Só não é possível fazer mais desses. Essa linguagem se esgotou. O que existe é o que existe. Você não tem mais como adquirir aquelas coleções. Aquela arte não é mais produzida. Quem a tem não vai querer vendê-la ou só vai vender o que é de segunda.

RB - E países menos abastados dificilmente terão...

**MD** – Não vão ter. Vai virar a franquia do Guggenheim. Manda o que está sobrando para cá! Nada contra o Guggenheim como instituição, mas esse modelo não é criativo. Vai repetir aquilo que já existe e que é sucesso em outro lugar. Acho muito mais divertido e interessante o desafio: ok, não vamos ter a *Monalisa*, mas vamos fazer o museu do nosso tempo, com a cultura que temos, que é muito mais interessante do que abrir uma franquia de um museu.

RB - Esse museu “clássico” se esgota, muitas vezes, por ser excludente, porque exige um conhecimento prévio para ser visitado. A ideia é torná-lo mais acessível?

**MD** – Os museus sofrem, na maioria dos casos, de fracasso de público. Isso porque

existem para seus curados e para os outros curadores. Uma coisa arrogante. É fácil falar com seu colega. Agora, tente falar com crianças e jovens que são 50% dos que frequentam museus. Falar com quem não teve o mesmo *background* socioeconômico, não teve acesso àquela informação e ainda assim seduzi-los. E fazer isso sem nenhuma gota de arrogância? Esse é o desafio.

RB - E essa mudança de conceito se inicia em que momento?

MD - O primeiro museu a mudar um pouco a percepção quanto à linguagem foi o do Holocausto, em Washington, em 1990. Várias exposições nos anos 1980 apontaram para essa mudança, que aconteceu porque há várias causas no mundo que são tremendamente nobres, mas cujas coleções não dão em nada. Ou você utiliza essas novas linguagens, ou vai fazer um museu que nasce velho. Por exemplo, como fazer um museu sobre a língua? Vou botar um monte de livros? Fazer biblioteca? Citações na parede? Não é isso. Preciso criar um envolvimento para que se entenda a vida dessa língua, a palavra, o som, sua cordialidade.

RB - Como o Brasil ingressa no cenário dos construtores desses novos espaços?

MD - Dez anos depois do museu do Holocausto, o Brasil já é referência. Muitos artistas aqui já estavam antenados a novas linguagens expositivas. Essa é uma das áreas em que somos respeitados. Como na música, na publicidade e na arquitetura, o Brasil tem voz em design de exposições. Há vários artistas, cada um com seus conceitos e *background*. Eu, como bagagem, trago a cultura tecnológica, audiovisual, interativa.

RB - Há alguma explicação para o fato do Brasil ser referência nisso?

MD - Tem um aspecto de mistura de linguagem que acontece aqui de maneira muito forte. Uma quebra do enrijecimento acadêmico, que aqui não resiste. A gente ama misturar linguagens e faz isso com naturalidade. Os museus eram pensados como uma entidade elitista, para uma determinada fatia da sociedade. No Brasil, como não existiam esses feudos, era fácil chegar com uma coisa nova. É a soma de um país que tem uma cultura naturalmente antropofágica, miscigenadora, com a demanda de que você crie uma linguagem que seja popular. O ambiente era favorável. Aqui não tem coleção e há um abismo educacional grande. Tem uma massa para alimentar culturalmente. Outra coisa: quarenta anos de ditadura fizeram com que não se criasse nenhum museu relevante. Depois, tivemos mais dez anos de

estagnação econômica. Ficou uma lacuna. O país foi acordar no final do século XX, e a Mostra do Redescobrimento, em 2000, ajudou muito. É um marco, um momento em que todo mundo pôde crescer de patamar de produção.

RB - Você não tem medo de ficar refém da tecnologia, de que as pessoas não vejam seu trabalho pelo viés do conteúdo?

MD - Sei muito bem desse perigo e trabalho muito para não cair nessa armadilha. A tecnologia sozinha não faz nada. A gente vai ter que olhar para o passado sempre. Ainda bem! Mas temos que reinterpretá-lo com o conhecimento do nosso tempo. O segredo está no conteúdo e na linguagem. Vivenciamos hoje a nossa realidade por meio da tecnologia e a própria educação afetiva

“Quando foi a última vez que você escreveu uma carta? É bobagem tentar diferenciar o que é tecnologia e o que não é.”

é fortemente pautada pela mídia. Somos tocados a nos expressarmos sobre o amor através dela. Isso não é pouco importante. Construímos a percepção dessas coisas através do audiovisual. Quando foi a última vez que você escreveu uma carta? É bobagem tentar diferenciar o que é tecnologia e o que não é. Não tem esse outro mundo.

RB - E as crianças de hoje já sabem apertar todos os botões...

MD - É natural para eles. Credito essa reação contra a tecnologia a uma dose de analfabetismo tecnológico. É só uma questão das pessoas se aposentarem. O Chico Buarque tinha razão, “você não gosta de mim, mas sua filha gosta”. Ninguém lembra para quem ele falou isso, mas a música ficou. Se você pergunta para um jovem quem é o Geisel, ele não sabe. Mas o Chico, todos conhecem. Sobrou só a música.

RB - O que você faz para dominar os assuntos que são trabalhados nos projetos?

MD - Não tenho a pretensão de saber tudo. Meu trabalho não é o de ser o curador

do mundo inteiro. Sou capaz de fazer um museu sobre qualquer assunto, mas não tenho que entender profundamente. O que preciso dominar é a linguagem. Preciso entender aquelas palavras que ouvi, aquelas culturas que observei, como traduzir para uma linguagem contemporânea, que inclusive ajudo a criar. É muito mais um trabalho de tradução do que de pesquisa. Não tenho a intenção de ler todos os livros, mas me cerco de especialistas. Você pega um pouco daqui, um pouco dali e devolve algo que eles nem imaginavam que dava para fazer. O Museu do Caribe é um exemplo legal. Percebi que a questão da miscigenação é fundamental para aquela sociedade. Mas como representar a miscigenação? Gente trepando? Mistura de DNA? Caras? Comida! Comida é miscigenação. A partir das receitas daquela região – adoro cozinhar – mostramos as origens. Você adiciona os ingredientes e vê de onde vem cada coisa: isso veio dos árabes; isso, dos índios; esse, dos europeus...

RB - Nos seus museus não há aquele guia que “ensina”. Eles são desnecessários?

MD - Não precisa. Tenho que ser capaz de dar o sentido exploratório do museu para que você, com a sua curiosidade, seja capaz de se achar nele. Não é para sair dali sabendo tudo. Eu tento deixar a pessoa solta, para ela ir se achando, se guiando pelo faro. Não tem uma historinha linear contada por alguém. Todas as vezes que aceitei propostas neste sentido e incluí guias no projeto, tivemos problemas. Eu voltava lá, anonimamente, e via o sujeito falando cada bobagem...

RB - Já existe gente se inspirando ou copiando você?

MD - Quanto a cópia, não me preocupo. Primeiro porque nunca faço dois projetos iguais. Não fico preso a uma técnica. O que mais quero é que venha uma geração para mudar esse cenário. Não quero mudar sozinho e nem posso. Só gostaria que, quem visse, trouxesse uma sensibilidade real em relação ao conteúdo. Essa é a mágica desse trabalho. Tecnologia é a parte fácil, perto do que é articular a linguagem. O segredo é estrada. Ler jornal do mundo todo, se interessar por absolutamente tudo. A fórmula é viver e ter sensibilidade. Eu só trabalho, mas para mim é natural. É minha vida. O livro que leio, pode ser de poesia, uso no meu trabalho. Minhas filhas são enormes fontes de inspiração. Aprendo muito com elas. Essa linha de fronteira do que é trabalho para mim não existe. Várias vezes acordo três da manhã porque veio uma ideia. ■

# O PAC ACELERA O TRATAMENTO DE ESGOTO DE GUARULHOS.

**PAC** PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

## 5 ESTAÇÕES DE TRATAMENTO ESTÃO SENDO CONSTRUÍDAS.

ETE BONSUCESSO



ETE BONSUCESSO



- Com recursos da **Prefeitura** e do **PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento - do Governo Federal, **R\$ 512 milhões** serão investidos.
- **R\$ 318 milhões** já foram liberados.
- Em **julho de 2010**, começa o tratamento de esgoto nas ETEs São João e Bonsucesso.
- Até 2017, **80% do esgoto** de Guarulhos **será tratado**.



ETE SÃO JOÃO

UM PROGRAMA DE GRANDES DIMENSÕES,  
**QUE VAI DESPOLUIR RIOS E CÓRREGOS**  
EM BENEFÍCIO DA VIDA.

**PROJETO BRASIL**  
SEM PAÍL, SEM TODOS  
GOVERNO FEDERAL

**PREFEITURA**  
DE GUARULHOS

**SAAE**

[www.saaeguarulhos.sp.gov.br](http://www.saaeguarulhos.sp.gov.br)

# INVESTIMOS NA REGIÃO PARA O COMÉRCIO FICAR SEMPRE MOVIMENTADO. MESMO QUE NÃO SEJA EM ÉPOCA DE PROMOÇÃO.

**Banco do Nordeste.**

**20,8 bilhões de reais investidos na Região.**

**Nosso trabalho cresce junto com o Brasil.**

O orgulho por essa Região faz a gente ir muito além pelo crescimento do Nordeste. Em 2009, o Banco do Nordeste investiu 20,8 bilhões de reais na agricultura, no turismo, no comércio, na infraestrutura e na indústria. E a cada dia, continua investindo ainda mais pelo desenvolvimento da Região. Foi através desse valor recorde que o crescimento foi impulsionado em todas as nossas áreas de atuação e colocou o Nordeste em evidência no Brasil e no mundo. Afinal, um grande investimento constrói uma grande Região.

**Banco do  
Nordeste**



**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

Cliente Consulta | Ouvidoria - Ligue Grátis:

0800 728 3030 - [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

